



**Boletim 232 do WRM**  
Movimento Mundial pelas Florestas  
Julho/Agosto 2017

**Compensações por perda de biodiversidade:  
Expandindo a extração industrial y a concentração de  
terras**



<b>Nossa opinião:</b> Destruo aqui e destruo lá: as compensações por perda de biodiversidade como dupla exploração .....	3
<b>Brasil,</b> mineração e biodiversidade.....	7
De degradadores a prestadores de serviços ambientais: quando as fronteiras entre destruir e conservar são somente retóricas .....	7
Compensação de biodiversidade e corredores de biodiversidade na <b>Ásia:</b> destruição e proteção da natureza atuando em conjunto.....	12
<b>Gabão:</b> planos para comercializar carbono, biodiversidade, ecossistemas e “capital” comunitário .....	17
<b>Colômbia:</b> Compensações Ambientais, legitimando o extrativismo .....	21
<b>Madagascar:</b> O “absurdo da compensação” .....	25
O que está por trás da ideia de compensação da biodiversidade: a represa de Nam Ngiep, no <b>Laos</b> .....	30



Um guarda-chuva para o descumprimento: “Compensações pela qualidade do ar” na **África do Sul**..... 36

**Quênia**: a Corporação Financeira Internacional lança um salva-vidas para um projeto de REDD+ e proporciona lavagem verde para a maior empresa de mineração do mundo..... 41

As compensações ambientais no **Panamá**: uma estratégia que abre áreas protegidas à mineração..... 44

## Alertas de ação

Mulheres donas da terra no centro de **Bougainville** bloqueiam o pacto em torno da mina de Panguna ..... 47

Assediados por empresa de óleo de dendê, moradores de aldeia da **Tailândia** defendem a terra ..... 48

## Recomendados

“A grande mentira da conservação: a história não contada da conservação da vida selvagem no **Quênia**” ..... 48

O Banco Europeu de Investimento: o discreto financiador da mineração na **África** ..... 49

“O Novo Colonialismo: a disputa da Grã-Bretanha pela energia e os recursos minerais da **África**” ..... 49



## **Compensações por perda de biodiversidade: expandindo a extração industrial y a concentração de terras**

### **Nossa opinião:**

### **Destruo aqui e destruo lá: as compensações por perda de biodiversidade como dupla exploração**



Desta vez, o boletim do WRM trata de uma das estratégias centrais que as indústrias (principalmente as de mineração) vêm usando para conseguir se expandir no marco da chamada “economia verde”: a compensação por perda de biodiversidade. Consideramos que é importante alertar sobre o forte impulso empresarial que tenta que os governos relaxem suas leis ambientais e, portanto, aceitem certas atividades industriais em áreas anteriormente consideradas inviáveis. O único requisito é que se “compense” a perda da biodiversidade que será destruída com a implementação de atividade industrial. Esses projetos de compensação causam destruição, exploração e dominação em dois níveis: por um lado, nos territórios afetados por atividades industriais e, por outro, nos que são alvo de projetos de compensação. Estes últimos geralmente envolvem uma grave destruição social e cultural.

Para entender a lógica em que se baseiam as “compensações”, sejam de biodiversidade, de carbono ou outras semelhantes, é importante ter sempre em conta o seguinte: o objetivo principal dos mecanismos de compensação é permitir que o modelo econômico dominante, dependente dos combustíveis fósseis, continue por mais tempo e se expanda. Sua adoção foi necessária para *aparentar* que, diante da atual crise social e ambiental, governos e empresas responsáveis pelas crises atuais estão agindo rumo a um modelo



mais “verde”. No entanto, essa cortina de fumaça cheia de discursos enganosos e compromissos vazios, na verdade, aprofunda cada vez mais essas crises.

Considerar esse ponto nos permite entender por que os mecanismos de compensação *não* pretendem deter os fatores que estão causando a devastação de territórios e florestas. Pelo contrário, permitem ampliar as atividades destrutivas para áreas que até recentemente seria impensável que fossem entregues à exploração. É assim que as indústrias de mineração, petróleo, infraestrutura, plantações de monoculturas, mega-hidrelétricas, entre tantas outras, juntamente com os milhares de quilômetros de estradas de acesso, acampamentos de trabalhadores, poços de drenagem e outros impactos que a grande maioria dessas indústrias acarreta, continuam expandindo suas operações e seus lucros. Não nos esqueçamos de que o modelo econômico dominante e a estruturalmente racista e patriarcal joga quase toda a sua destruição, sua ocupação e sua violência sobre as populações indígenas e camponesas, para continuar explorando, produzindo e, portanto, acumulando lucros.

As compensações também facilitam que essas indústrias, juntamente com seus aliados (sejam governos, ONGs de conservação ou outros), tenham acesso a cada vez mais terras. No final das contas, a compensação vem a ser uma luz verde para que a atividade destruidora continue nos marcos da lei – embora se venha a destruir uma área que anteriormente não poderia ser destruída, pelo menos de forma legal e/ou legítima. A única condição é que a biodiversidade destruída no local das operações seja recriada ou substituída em outro lugar. Para conseguir isso, o argumento básico é que a destruição em um lugar deve ser “equivalente” à suposta proteção ou (re)criação de outro, mas essa “equivalência” esconde importantes contradições e questões de poder, direitos territoriais, desigualdade, violência e história colonial.

Uma vez que o objetivo não é deter a destruição, e sim “compensá-la”, os projetos de compensação têm seu foco principal em terras de povos indígenas e outras comunidades tradicionais dependentes de florestas. Em muitos casos, é necessário que essas comunidades entreguem suas terras -ou o controle sobre elas- a projetos de compensação. Assim, o mecanismo de compensação gera destruição, exploração e dominação em dois níveis: por um lado, os territórios afetados por atividades de extração industrial /capitalistas e, por outro lado, os territórios que são alvos dos projetos de compensação. Estes últimos geralmente não envolvem destruição ambiental, já que supostamente devem proteger uma área a ser preservada, mas a experiência nos ensina que eles acarretam, sim, uma destruição social e cultural grave.

As “áreas de compensação” têm que estar sob algum tipo de ameaça, pelo menos no papel. Se não fosse assim, por que seria necessário um projeto para protegê-las? Portanto, quase todos esses projetos identificam as comunidades tradicionais como as principais ameaças à sua conservação. São impostas inúmeras restrições ao acesso, ao controle e aos direitos de uso comunitário das florestas que são convertidas em projetos de compensação. Seus defensores argumentam que a “conservação” só pode ser “bem sucedida”



quando feita a partir da prática ocidental dominante, que tem suas raízes na colonização. Ou seja, na criação de parques cercados ou de “natureza sem gente”. A usurpação dos direitos de uso e controle territorial – e, portanto, de tradições, culturas e modos de vida – das comunidades que dependem da floresta é fundamentalmente racista e violento. (Veja mais sobre o Racismo Ambiental no [Boletim 223, de abril de 2016](#)).

### **Sendo assim, como funciona, na prática, a chamada compensação por perda de biodiversidade?**

Em primeiro lugar, as compensações por perda de biodiversidade devem ser capazes de medir e quantificar a “biodiversidade”. Devem-se estabelecer e categorizar os elementos que serão destruídos para depois ser recriados em outro lugar, ou garantir que a proteção de outro lugar tenha um equilíbrio “equivalente”. Claro que, ao reduzir a destruição de um território em um lugar específico, com uma história específica e muitas histórias específicas, em um momento específico, a meras categorias e medições, não se fala na coexistência de povos, culturas, tradições, interconexões, entre muitos outros aspectos de florestas e territórios. O importante, sob essa lógica, é aquilo que se pode medir e, portanto, intercambiar ou substituir.

Os critérios de investimento dos bancos multilaterais – como bancos de desenvolvimento regional e o Banco Mundial – visam influenciar a legislação ambiental dos países. Além disso, a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), braço privado do Banco Mundial, mudou sua Norma de Desempenho No. 6 em 2012. Qualquer empresa que quiser ter acesso a um empréstimo da IFC e cujas atividades destruirão o que ela considera “habitat crítico” deve apresentar um plano estabelecendo que a biodiversidade destruída será compensada em outro lugar. Assim, seguindo as “regras” definidas pelo poder corporativo concentrado em instituições financeiras, cada vez mais governos, principalmente no Sul Global, flexibilizam suas leis ambientais para aceitar a viabilidade de certas operações antes consideradas inviáveis, desde que elas compensem a biodiversidade que será destruída ao se implementar o projeto.

Muitos dos projetos de compensação por perda de biodiversidade são apresentados como “projetos de conservação”, o que resultou em que as informações sobre estes projetos são escassas e inacessíveis. Nesses casos, as restrições ao uso da floresta que são impostas às comunidades também são enquadradas com argumentos de conservação. Esse é um problema muito grave. Na prática, oculta-se o fato de que, para impedir que uma comunidade faça agricultura de subsistência ou pratique caça ou pesca, na verdade, está se permitindo que uma empresa extraia petróleo ou que se construa uma megabarragem em áreas muitas vezes protegidas por sua biodiversidade. Mais uma vez, o modelo econômico dominante, reforçado pelo sistema de compensações, mostra seus atributos dominantes e racistas.

Pior ainda, em alguns casos, as empresas afirmam até mesmo “criar” “mais biodiversidade”, por exemplo, quando, além do projeto de compensação, implementam atividades complementares, como o plantio de árvores para



“enriquecer a biodiversidade” da área. Eles chamam isso de ter um “impacto positivo líquido”. O resultado é que uma empresa de mineração – extremamente destrutiva – acaba divulgando que suas ações não só não têm impacto, mas também são positivas para o meio ambiente. As comunidades, por outro lado, são forçadas a mudar suas práticas, alguns membros da comunidade talvez possam se tornar guardas florestais – notificando se seus familiares e vizinhos estejam seguindo ou não as regras impostas pelo projetos de compensação - ou deixar seus territórios porque estes ficaram inviáveis para a sobrevivência.

Em outras palavras, o mecanismo das compensações por perda de biodiversidade é uma estratégia para que as indústrias destruidoras de territórios possam se expandir ainda mais sem violar as leis. A vida diversificada que se destrói jamais poderá ser recriada ou substituída. Cada espaço, cada tempo e cada interconexão são únicos. Mecanismos como esses, que pretendem se converter em políticas nacionais e regionais, tratados internacionais e, no final das contas, no “*status quo*”, impõem uma visão de mundo baseada na dominação da vida do outro. Também é evidente que essa imposição não é casual, e sim violentamente racista.

Consequentemente, é fundamental solidarizar-se ativamente com as lutas em defesa dos territórios e, ao mesmo tempo, desmascarar esses mecanismos para conseguir romper com os paradigmas de dominação e abrir espaço não apenas para respeitar os muitos outros mundos existentes, mas também aprender com eles.

Disfrutem a leitura!



## Brasil, mineração e biodiversidade

### De degradadores a prestadores de serviços ambientais: quando as fronteiras entre destruir e conservar são somente retóricas



O golpe parlamentar que alçou ao poder o governo ilegítimo de Michel Temer não inaugurou propriamente um dos objetivos centrais da atual política mineral brasileira: ampliar a produção mineral e sua participação no PIB nacional. Esse objetivo, anunciado recentemente pelo governo Temer, já estava presente na exposição de motivos feita pela presidente Dilma Rousseff, em 2013, quando enviava ao Legislativo a proposta de um novo código mineral para o país. A diferença crucial entre os dois governos talvez fosse o papel pretendido ao Estado nesse processo, de maior coordenação e planejamento. Pretensões que durante o debate sobre o novo código foram barradas pelo Congresso, onde a bancada de deputados financiados por grandes mineradoras (1) tratou de retirar da nova lei todas as propostas que garantiam alguma governança pública sobre a política mineral e de incluir artigos que ampliassem ainda mais as possibilidades de acesso aos recursos minerais pelo mercado (2).

No Congresso, as emendas parlamentares restringiram as condições que o governo propunha para outorga de título e simplificaram os regimes de concessão, diminuindo a capacidade do Estado em definir quais minerais e áreas devem ser prioritariamente explorados/as. Também foram incluídos artigos que ampliavam as garantias de acesso à terra e água às mineradoras, outorgando-lhes direito à utilização das águas necessárias para as operações da concessão, e atribuindo à Agência Nacional de Mineração (que deveria ser criada pela nova lei) a prerrogativa de desapropriar imóveis em prol das atividades minerárias. Por meio do novo código buscava-se neutralizar os efeitos de leis e normativas que, ao garantir direitos, criam restrições à atividade mineral. Minerar em unidade de conservação onde atualmente a atividade é proibida e incluir a necessidade de anuência da Agência Nacional de Mineração para a criação de áreas destinadas à tutela de interesses (tais



como unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas) estavam entre as emendas propostas.

Com Temer, o foco da disputa em torno do código perde centralidade, pois o próprio governo se encarrega, por meio de medidas provisórias e portarias, de acelerar a implementação das propostas apresentadas pelos parlamentares.

O momento, ainda experimentado, de retração no preço das *commodities* minerais oferece um cenário favorável para que essas medidas sejam implementadas como condição para sustentação de um setor que cumpre o papel de gerar saldos comerciais ao país e manter a estabilidade de uma política econômica altamente dependente de recursos externos. Entretanto, se considerarmos que o mercado de *commodities* tende a períodos cíclicos de retração e expansão de preços, o maior legado da política mineral do governo Temer será cimentar as bases para a maximização da lucratividade das empresas mineradoras que atuam no país no próximo *boom* de preços.

### **Leiloando fronteiras, reservas e terras de populações tradicionais ao grande capital**

Por meio de uma medida provisória o governo de Temer pretende, em uma só tacada, criar a Agência Nacional de Mineração e abrir as áreas de fronteira do Brasil para exploração de projetos de mineração, retirando do Conselho de Defesa Nacional sua prerrogativa de anuência sobre a atividade nessas áreas e permitindo nelas a atuação de empresas com capitais majoritariamente estrangeiros, o que atualmente é proibido.

Para restaurar “a confiança dos investidores e restabelecer a segurança jurídica” (que teria sido produzida pelo debate sobre o novo Código Mineral) o Ministério de Minas e Energia (MME) vem se comprometendo publicamente a simplificar procedimentos de outorga para reduzir o prazo de início da operação dos projetos minerais e a leiloar mais de 300 áreas já pesquisadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (estatal vinculada ao MME) e, em grande parte, com jazidas comprovadas (3). Também pretende definir, por medida provisória, mudanças nas alíquotas de cálculo e na distribuição dos royalties da mineração que estavam sendo debatidas por dentro do novo código (4). Como o objetivo é atrair investidores supõe-se que será mantida a carga tributária altamente benéfica ao setor que, além de gozar de inúmeros favorecimentos tributários, conta com uma das mais baixas alíquotas de pagamento de royalties do mundo e uma fórmula de cálculo bastante atraente que, diferente da maioria dos países, utiliza o faturamento líquido em vez de bruto (5).

Outra medida que visa ampliar a mineração no país é a portaria nº126 do MME, que deu início à extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados, criada no início dos anos 1980, com intuito de que as reservas minerais ali existentes, e ricas, sobretudo, em ouro, fossem exploradas em regime especial, sob controle da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. A área, situada nos estados do Pará e Amapá, abrange 46 mil metros quadrados e se mantinha fechada às mineradoras. Com a extinção da Reserva, o governo



pretende disponibilizar essa área à iniciativa privada, atendendo a uma demanda antiga das empresas de mineração que a consideram tão importante quanto à província mineral de Carajás em termos de montante de reservas minerais. A má notícia para o setor mineral é que atualmente 69% da área que abrange a reserva estão sobrepostas a terras indígenas e unidades de conservação, onde a atividade mineral não é permitida.

As declarações, em abril, do então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), de que as terras indígenas devem ser abertas à atividade mineral e a edição de medidas provisórias (MP 756 e 759) que propõem reduzir milhares de hectares de áreas protegidas na Amazônia onde há fortes interesses minerários e agropecuários, aponta a convergência entre o governo e representantes dos setores que hegemonizam o Congresso. Projetos de lei que atacam o sistema nacional de unidades de conservação, visam mudar as regras de licenciamento ambiental (PL 3729/2004 e 654/2015) ou mesmo extingui-lo (PEC 65/2012) e pretendem abrir terras indígenas e territórios de populações tradicionais para a mineração e outras atividades econômicas de grande impacto socioambiental (PL 1610/1996 e PEC 215/2000) ganham mais fôlego na atual conjuntura em que o governo trata de sinalizar disposição para fazê-los avançar.

### **A lógica perversa de uma retórica conservacionista que busca criar equivalência entre degradar e conservar**

Até aqui nenhuma novidade. Flexibilizar a proteção constitucional ao meio ambiente e restringir direitos territoriais não constituem propriamente agendas novas para os setores ligados à mineração e ao agronegócio. A nova estratégia refere-se à elaboração de uma retórica que pretende criar uma equivalência entre degradação e conservação. No centro da argumentação, a hipótese de que seria possível estabelecer um equilíbrio entre o impacto de um projeto sobre a biodiversidade e os benefícios alcançados através de iniciativas voluntárias de compensação.

Essa transmutação é produzida por um conjunto de estratégias que incluem a desregulamentação dos mecanismos compulsórios de proteção ambiental (tal como vimos assistindo) e a criação de bases jurídicas, conceituais e metodológicas que pretendem mensurar tanto as perdas de biodiversidade causadas por grandes projetos de desenvolvimento quanto ganhos de conservação, obtidos por meio de ações de *compensação de biodiversidade*. Na prática, são feitos investimentos para a conservação de áreas onde haveria um ecossistema similar àquele destruído. Supostamente isso possibilitaria às empresas produzirem uma “perda líquida zero” de biodiversidade e até um “ganho líquido” que corresponderiam à conservação de uma “quantidade” de biodiversidade igual ou maior que aquela que foi destruída. Além de construir uma imagem positiva para certos setores (cujas atividades têm impactos reconhecidamente negativos sobre a biodiversidade), obter “ganhos líquidos” e “mensuráveis” de biodiversidade possibilita ainda criar “ativos” ambientais que transformados em *commodities* comparáveis em qualidade e quantidade podem vir a se tornar comercializáveis.



Por meio de uma operação política discursiva poluidores tornam-se “prestadores de serviços ambientais” e novas mercadorias são criadas viabilizando o surgimento de novos mercados. Essas iniciativas ainda ampliam o acesso a terra às empresas que, além do controle territorial e espacial que já têm sobre as áreas em que desenvolvem suas atividades, passam a exercer controle também sobre o uso das terras destinadas à compensação.

No Brasil, a ação desse lobby já produziu efeitos. Em 2014, a secretária para Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente participou de um encontro onde foram discutidos modelos de compensação aplicados à mineração. Setor que, aliás, mais tem aderido à iniciativa a nível global (6). Ela defendeu publicamente a importância de desenvolver instrumentos que construam o mercado de biodiversidade (7).

Em 2010 foi criado o Movimento Empresarial pela Biodiversidade – Brasil (MEBB) que busca influenciar a elaboração da estratégia brasileira para biodiversidade e tem como um dos objetivos centrais o aperfeiçoamento dos marcos legais e regulatórios sobre temas como valorização e acesso à biodiversidade.

Até 2017, a Hydro, que possui uma mina de bauxita em Paragominas (no estado do Pará), pretende obter “nenhuma ‘perda líquida’ de biodiversidade”. Para alcançar essa meta, a empresa tem financiado ações de “restauração de biodiversidade” e de monitoramento na única área de floresta remanescente em Paragominas. São feitos registros sobre a variedade das espécies e seus comportamentos e desenvolvidas pesquisas piloto sobre técnicas de restauração e metodologias de mensuração de resultados (8).

Caminho semelhante tem sido seguido pela ALCOA em Juruti Velho (no Oeste do estado do Pará), onde também extrai bauxita. Com o objetivo de “gerar impacto líquido positivo” de biodiversidade, a empresa tem investindo voluntariamente na manutenção de três parques ambientais, em Poços de Caldas (18 hectares), em São Luís (1.800 hectares) e em Tubarão (12 hectares). Tem também desenvolvido programas de reabilitação de áreas mineradas onde são definidos “índices” de biodiversidade, com objetivo de estabelecer métricas de desempenho dos negócios sobre os ecossistemas, “um dos principais desafios da gestão corporativa da biodiversidade”, segundo o gerente de sustentabilidade da companhia (9).

Ainda que a própria legislação brasileira preveja a obrigatoriedade de ações compensatórias em termos de perdas de biodiversidade por atividades de alto impacto ambiental, o interesse das mineradoras em desenvolvê-las tem levado a disputarem territórios. No estado de Minas Gerais, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Ferores Resources do Brasil brigam na Justiça por uma área que embora não tenha minério de ferro, é valiosa para o desenvolvimento de compensações ambientais da atividade mineral (10).

Por traz da retórica conservacionista da compensação de biodiversidade está em jogo não apenas a consolidação, em médio prazo, de novos mercados referidos à biodiversidade, que irão impor novas formas de regulação territorial



conectadas a institucionalidades e atores multiescalares (operadores do mercado financeiro, agências de cooperação, consultores, etc.). A compensação de biodiversidade também outorga a empresas, sob as quais pairam muitas denúncias de impactos socioambientais e de violações de direitos, o poder de definir a natureza, de valorizá-la e de protegê-la sob um paradigma utilitarista e colonial, que ignora e se impõe sobre a multiplicidade das formas de apropriação e produção de biodiversidade instituída historicamente pela criatividade e luta social de quem ocupa as fronteiras para onde miram as novas formas de acumulação de capital (camponeses, povos indígenas e demais populações tradicionais).

*Julianna Malerba, jumalerba [at] gmail.com*  
 FASE, Brasil, <https://fase.org.br/>

- (1) O estudo [Quem é quem nas discussões do novo código da mineração](#), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), analisou as doações de campanha feitas pelas maiores mineradoras que atuam no país (Vale, Votorantim, AngloGold, Usiminas, Kinross e MMX) e demonstrou a enorme influência política das empresas mineradoras junto aos parlamentares que decidem sobre o tema: aqueles que mais receberam doações são justamente os que atuam na Comissão de Minas e Energia, permanente na Câmara, e na Comissão Especial de Mineração, específica para discutir a reforma do Código.
- (2) Para uma análise sobre a proposta do novo marco regulatório para a mineração e as modificações feitas pelos deputados no Congresso ver <https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/o-novo-codigo-mineral-menos-governanca-publica-sobre-o-aproveitamento-dos-recursos-minerais-e-mais-imprescricao-na-garantia-de-direitos-aos-afetados/> e
- (3) Confere <http://www.brasilmineral.com.br/noticias/governo-quer-restaurar-confian%C3%A7a-de-investidores> e <http://www.cnf.org.br/noticia/-/blogs/setor-mineral-espera-capital-estrangeiro-em-futuros-leiloes>
- (4) Confere <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mp-que-cria-agencia-da-mineracao-esta-pronta-para-ser-publicada,70001784332>
- (5) Confere [nota técnica](#), recém-publicada pelo Instituto de Estudos socioeconômicos (INESC), que analisa detidamente os aspectos fiscais e tributários (referidos, respectivamente, à capacidade do Estado de acessar a renda mineral e aos meios ou instrumentos pelos quais essa renda mineral é arrecadada) da grande mineração no Brasil.
- (6) Em 2012, 38 empresas tinham aderido a “compromissos do tipo perda líquida zero”, que consistem no desenvolvimento de ações de “compensação” para “perdas” da biodiversidade. Quinze delas eram indústrias do setor mineral. Confere em *A regulamentação ambiental na Economia Verde: alteração para facilitar a destruição*. Boletim 222 do WRM <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-regulamentacao-ambiental-na-economia-verde-alteracao-para-facilitar-a-destruicao/>
- (7) Confere <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/compensacao-voluntaria-para-biodiversidade-tera-projeto-piloto-brasil-45300>
- (8) Confere <http://www.otempo.com.br/capa/economia/mineradora-destr%C3%B3i-em-minas-e-compensa-no-nordeste-1.811277>



(9) Confere <http://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2014/Biodiversidade-na-floresta-tropical-do-Brasil/>

(10) ABDALA, Fabio. *Mineração e biodiversidade: uma associação viável e necessária para a sustentabilidade dos territórios com mineração*. 3º. Anuário Mineral do Pará 2014. Simineral, Belém/PA, março de 2014.

## Compensação de biodiversidade e corredores de biodiversidade na Ásia: destruição e proteção da natureza atuando em conjunto



Este ano, 2017, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) comemora seu 50º aniversário. Desde a fundação, já investiu mais de 250 bilhões de dólares na região. Boa parte desse dinheiro foi alocada a grandes projetos de extração, bem como a “corredores econômicos” regionais que integram infraestrutura para facilitar os fluxos de exportação de minerais e outras *commodities*. Ainda que, teoricamente, não sejam permitidos empréstimos a projetos que causem desmatamento significativo, um grande número de projetos financiados pelo BAD deixou um rastro de destruição ambiental e social: desmatamento, perda de biodiversidade, deslocamento de povos que dependem da floresta e destruição de seus meios de subsistência (1). Diante disso, as pessoas resistiram à política de empréstimos do Banco e organizaram mobilizações e lutas em todo o continente para defender seus territórios, florestas e meios de subsistência.

Após 50 anos, no entanto, em vez de uma mudança fundamental, a resposta do Banco foi implementar políticas de “salvaguarda” específicas que lhe permitem continuar promovendo projetos destrutivos enquanto alega praticar a sustentabilidade. Este artigo trata de compensações de biodiversidade e corredores de biodiversidade – os novos disfarces do lobo para permitir a continuação de um modelo econômico em expansão, baseado em extração em grande escala.



## **A política de compensação de biodiversidade do BAD: “ganho” em biodiversidade?**

Em teoria, as salvaguardas do Banco devem assegurar que nenhuma destruição ocorra. A última versão do documento de política de salvaguardas do BAD data de 2009. Dois aspectos marcantes devem ser mencionados.

O primeiro é o fato de que o BAD não relaciona sua prática de empréstimos a projetos destrutivos e ao que o próprio banco reconhece como uma situação de “redução da qualidade e da quantidade da água, perda de biodiversidade, desmatamento e desertificação, níveis elevados de poluição e impactos negativos sobre a saúde humana”. Também reconhece que “essas ameaças tendem a afetar desproporcionalmente os pobres”. No entanto, o BAD não assume a responsabilidade por isso; na melhor das hipóteses, emite declarações que indicam as políticas de salvaguarda como “solução”.

O segundo aspecto marcante, que deriva do primeiro, é que, em vez de tomar a decisão lógica de interromper ou, pelo menos, reduzir em muito seus empréstimos para projetos destrutivos, o banco sugere que, se o resultado é destruição ambiental significativa que não possa ser evitada, minimizada ou mitigada, o titular do projeto pode usar o mecanismo da compensação de biodiversidade para “chegar a uma perda líquida zero ou a um ganho líquido da biodiversidade afetada” (veja artigo introdutório neste boletim). O documento também explica que projetos dentro de “habitats naturais”, “habitats críticos” ou “áreas legalmente protegidas” – onde nenhuma intervenção destrutiva deve ser permitida – ainda podem ser permitidos se houver “medidas de mitigação” para garantir que não haja “nenhuma perda líquida de biodiversidade”. Essas medidas “podem incluir uma combinação de ações, como restauração de habitats pós-projeto, compensação de perdas através da criação ou da conservação efetiva de áreas ecologicamente comparáveis que são geridas para a biodiversidade, respeitando o uso contínuo dessa biodiversidade por povos indígenas ou comunidades tradicionais, e compensação aos usuários diretos da biodiversidade”. (2)

Essa política não só abre as portas para que as áreas protegidas sejam exploradas, mas também, e ainda mais surpreendentemente, sugere que levar adiante projetos destrutivos pode resultar em um “ganho da biodiversidade afetada” caso se conserve “uma área ecologicamente comparável” que esteja ameaçada, de acordo com o titular do projeto.

Como a compensação da biodiversidade é uma política do BAD de 2009, vários beneficiários de financiamentos do banco criaram projetos de compensação de biodiversidade desde então, como é o caso do Projeto de Desenvolvimento de Energia Geotérmica Sarulla, na Indonésia (3), e do Projeto Hidrelétrico Nam Ngiep 1, no Laos (4). Na verdade, os projetos de compensação permitirão que a usina de energia geotérmica e a represa hidrelétrica aleguem ser sustentáveis, já que sua destruição inevitável está sendo compensada em outro lugar, apesar de eles terem claros impactos sociais e ambientais. Mas, em termos gerais, ainda são poucos os projetos de compensação de biodiversidade que aparecem em uma busca no site do BAD.



Uma explicação para isso é que a compensação de biodiversidade é considerada um “último recurso”, o que significa que, de acordo com o BAD, muitas vezes as medidas para “minimizar” ou “mitigar” seriam suficientes. Ao mesmo tempo, com relação à biodiversidade, o BAD, pelo menos para a região do Grande Mekong, deu muita ênfase aos corredores de conservação da biodiversidade. É mais uma tática do banco para tentar responder à crítica de que promove ativamente a destruição do meio ambiente, enquanto abre caminho a medidas mais “compensatórias” para justificar a continuação da destruição.

### **Corredores de conservação da biodiversidade: mais um corredor econômico**

A “iniciativa dos corredores de conservação da biodiversidade” (BCI, na sigla em inglês) é um plano apoiado pelo BAD, por governos da Região do Grande Mekong – China, Laos, Mianmar, Camboja, Tailândia e Vietnã – e por grandes ONGs de conservação, como WWF, Birdlife International, UICN, Wildlife Conservation Society e Conservation International. O plano também recebeu apoio de alguns governos do Norte. Os objetivos são melhorar a conectividade dos habitats, combatendo a fragmentação da floresta como resultado das causas do desmatamento. Ao mesmo tempo, a BCI visa reduzir a pobreza das comunidades. (5)

A abordagem da iniciativa tem sido a de identificar as mais importantes paisagens de conservação da biodiversidade/bacias hidrográficas na região. Em 2005, nove delas já estavam identificadas. O papel da BCI, na época, foi conectar essas chamadas áreas principais de conservação, como forma de combater o processo contínuo de fragmentação da floresta e da biodiversidade e conservar os “serviços ecossistêmicos” (como os ciclos de carbono ou água). Na primeira fase do projeto (2006-2011), foram instalados oito áreas-piloto da BCI, totalizando mais de 1,2 milhão de hectares. De acordo com o documento do projeto, muitas coisas foram realizadas, como a criação de “fundos de desenvolvimento” ou o estabelecimento de “serviços ecossistêmicos florestais/hectare”, “práticas de conservação” por parte das comunidades e criação de “oportunidades de subsistência para reduzir a dependência em relação a recursos florestais”.

No entanto, a abordagem da BCI realmente prepara o terreno para o REDD+, que é um dos objetivos explícitos da nova fase do projeto da BCI no Laos, por exemplo. (6) Isso significa que o uso e o acesso das comunidades locais às florestas que elas vêm conservando tendem a se restringir por meio desse plano, pois os serviços ecossistêmicos precisam continuar “preservados”, ameaçando as práticas socioculturais dos povos que dependem das florestas. Em outubro de 2016, o BAD aprovou 12,8 milhões de dólares para o projeto da BCI no Laos, uma subvenção do fundo estratégico para o clima do BAD e do Programa de Investimento Florestal (FIP, na sigla em inglês) do Banco Mundial, sendo que este último também foi estabelecido para se preparar para o REDD+. De acordo com a reportagem de um jornal laosiano sobre a aprovação dessa subvenção, “na área do projeto, as províncias de Attapeu e Xekong se destacam como pontos críticos de desmatamento e degradação



florestal rápidos, principalmente devido à agricultura itinerante praticada por comunidades locais (...). (7)

A BCI reconhece que o crescimento econômico na região resultou em graves ameaças à conservação da biodiversidade, além de ser um notório fator de desmatamento em grande escala devido, por exemplo, à expansão das redes rodoviárias que melhoram a “integração” regional ou os diversos projetos de grandes hidrelétricas – ambas atividades financiadas pelo BAD ao longo dos anos. Mas, em vez de suspender os investimentos nessas atividades, a BCI afirma que “esses planos de investimento precisam ser incorporados a uma abordagem de gestão de ecossistemas”. O Plano segue argumentando que, caso contrário, colocará em risco “a natureza e a magnitude dos fluxos dos serviços ecossistêmicos, incluindo a conservação da biodiversidade e os benefícios de sequestro de carbono para as comunidades locais, e prejudicará o desempenho e a sustentabilidade dos investimentos”. Em outras palavras, os projetos destrutivos podem continuar, desde que certas medidas de conservação “compensatórias” sejam implementadas nas áreas mais conservadas que restarem, com ênfase na proteção dos “serviços ecossistêmicos”. Isso, por sua vez, beneficiaria comunidades e investidores.

Observando os números dos serviços ecossistêmicos identificados nos planos da BCI, o carbono se revela o “serviço” mais importante em termos de valor financeiro. A experiência com créditos de carbono florestal, também conhecidos como projetos de REDD, mostra que esse mecanismo é do interesse da indústria poluente, como forma de continuar poluindo. Além disso, um pequeno grupo de ONGs de conservação é muito favorável a isso, trabalhando em conjunto com empresas poluentes. Por fim, empresas de consultoria, carbono e certificação também estão interessadas, bem como governos, em função do dinheiro que pode ser obtido nesse mercado e nesses negócios. As comunidades que vivem dentro desses corredores recebem pouco ou nenhum benefício, sofrendo restrições e proibições ao seu uso da floresta, como se fossem a principal ameaça a ela. (8)

Não é nenhuma surpresa e, ao mesmo tempo, é muito preocupante que a BCI culpe, em primeiro lugar, as pessoas que vivem nas áreas a ser conservadas e suas práticas de cultivo itinerante pelo desmatamento, antes de mencionar outras causas, como concessões para atividades de silvicultura e exploração de madeira. O crescimento populacional nas comunidades, incluindo o afluxo de migrantes, também é mencionado como um fator que aumentaria a pressão sobre as florestas, mas sem se questionar por que e de onde essas pessoas estão migrando.

Outra coisa que chama a atenção nessa abordagem é que a documentação do projeto da BCI curiosamente traça um paralelo entre corredores econômicos e ecológicos. Argumenta-se que, em ambos os casos, é crucial um movimento “sem impedimentos”, seja de bens, seja de espécies naturais. Além disso, se nenhum dos tipos de corredores existir, o argumento continua, a “agenda de desenvolvimento da sub-região do Grande Mekong provavelmente será ameaçada”. Na verdade, essa observação reveladora faz sentido porque, segundo essa visão, para que o crescimento econômico continue dentro de



uma estrutura de “economia verde”, há necessidade de práticas de conservação “compensatórias”, como corredores de biodiversidade baseados em serviços ecossistêmicos, REDD+ e compensações de biodiversidade. Sendo assim, o “preço” real é pago principalmente por comunidades que dependem da floresta, pois os alvos para a implementação dos projetos de compensação são principalmente os seus territórios. Outro sinal de quanto o corredor biológico se baseia no econômico pode ser visto na linguagem adotada na documentação de projeto da BCI, por exemplo, dando às comunidades indígenas locais o título de “gestoras de recursos”.

O papel estratégico e a relação entre corredores econômicos e de biodiversidade para os governos da região e sua cooperação com o BAD tornam-se ainda mais evidentes na publicação do banco, de 2016, chamada “Cooperação ASEAN-BAD rumo à comunidade da Asean”, que apresenta uma visão para 2025. Entre as seis prioridades destacadas para concretizar essa visão, uma diz que “através da sustentabilidade ambiental, podemos ajudar a mitigar os efeitos negativos da integração ao gerenciar ecossistemas críticos e corredores de biodiversidade”. O significado dessa “integração” é explicado nas principais prioridades entre as outras seis: “A primeira prioridade é a conectividade física. Conectando os mercados e impulsionando o crescimento futuro, melhorando partes da rede de estradas da ASEAN (...)” e “maior segurança energética através da interconexão e do comércio transfronteiriços de energia “ (9).

É urgente compreender melhor os impactos dos corredores de biodiversidade e dos projetos de compensação de biodiversidade nas comunidades que dependem da floresta na Ásia, tanto os promovidos com apoio do BAD quanto outros, promovidos por diferentes instituições financeiras, ONGs de conservação e empresas privadas. Além disso, é imperativo entender que essas medidas são apenas mais um disfarce para permitir que indústrias extrativas e projetos de infraestrutura continuem e se ampliem. A lógica subjacente a esses planos mostra os verdadeiros interesses e beneficiários do Banco Asiático de Desenvolvimento e de outros promotores de projetos. As comunidades que dependem da floresta, por outro lado, representam o rosto e a prática reais da conservação, radicalmente oposta a um sistema econômico destrutivo.

*Se alguém tiver mais informações sobre o que está acontecendo concretamente onde esses projetos estão sendo promovidos e/ou quiser denunciar seus impactos negativos, entre em contato com o secretariado internacional do WRM.*

*Winnie Overbeek, winnie [at] wrm.org.uy  
Membro do Secretariado Internacional do WRM*

- (1) <https://focusweb.org/page/adb50/>
- (2) “Declaração de Política de Salvaguardas” do Bad, 2009.  
<https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/32056/safeguard-policy-statement-june2009.pdf>



- (3) Plano de gestão de compensações de biodiversidade, Sarulla Geothermal Power Development Project, 2015, <https://www.adb.org/sites/default/files/project-document/213991/42916-014-emp-02.pdf>
- (4) Plano de gestão de compensações de biodiversidade, Nam Ngiep 1 Hydropower Project in Lao PDR, 2014, <https://www.adb.org/sites/default/files/project-document/81682/41924-014-eia-03-jul-2014.pdf>
- (5) <http://www.gms-eoc.org/uploads/resources/40/attachment/Biodiversity%20Conservation%20Corridors%20Initiative%202006-2011.pdf>
- (6) <http://www.gitec-consult.eu/index.php/en/projects?view=project&id=50>
- (7) <https://laotiantimes.com/2016/10/19/adb-supports-sustainable-biodiversity-management/>
- (8) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>  
<http://www.thejakartapost.com/academia/2016/07/13/supporting-aseans-2025-vision.html>

## Gabão: planos para comercializar carbono, biodiversidade, ecossistemas e “capital” comunitário



Em 2014, o governo do Gabão aprovou uma nova lei de “Desenvolvimento Sustentável”, que permite às empresas compensar a destruição que causam em florestas ou territórios tradicionais comprando “créditos de compensação”. Estes são divididos em quatro tipos diferentes: **créditos de carbono**, **créditos de biodiversidade**, **créditos ecossistêmicos** e **capital comunitário**. Este último é definido como “a soma dos bens naturais e culturais pertencentes a uma comunidade”.

Considera-se que o sistema de comercialização permite que os diferentes tipos de créditos sejam totalmente intercambiáveis entre si. Também seria possível



intercambiar o “capital comunitário” com outros componentes, como carbono ou biodiversidade. No entanto, o texto da lei não é claro e dá margem a várias interpretações.

Com o objetivo de compreender as implicações dessa lei e a situação em que ela se encontra atualmente, entrevistamos Protet J. Essono Ondo, coordenador da plataforma “*Gabão Ma Terre Mon Droit*” e ex-coordenador de programas da ONG gabonesa Brainforest.

### **Por que uma lei desse tipo é tão prejudicial para o avanço da justiça ambiental e social?**

Na sua declaração de posição de 24 de janeiro de 2015, a plataforma *Gabon Ma Terre Mon Droit* (GMTMD) já apontava o caráter nocivo que a lei poderia ter para o avanço rumo à justiça social e ambiental, e indicava uma série de repercussões que ela poderia ter sobre as comunidades e o meio ambiente.

É uma lei muito preocupante, porque a falta de definição das várias implicações do texto sugere a criação de um sistema que autorizará o intercâmbio de direitos das comunidades por outros elementos do “desenvolvimento sustentável”.

Uma das preocupações imediatas se refere à propriedade do “capital comunitário” – um conceito contido na lei, mas muito confuso, porque em nenhum lugar se especifica a quem pertence o capital. A lei define “capital comunitário” como o “conjunto de ativos naturais e culturais *pertencentes a uma comunidade*” [ênfase do entrevistado], e o “patrimônio comunitário” como o “conjunto de bens e valores naturais e culturais que constituem o capital de *uma comunidade*” [ênfase do entrevistado]. Essas duas definições sugerem que o “capital comunitário” pertence a uma comunidade – como seria de esperar em qualquer reconhecimento de direitos das comunidades – e, portanto, não está determinado em nível nacional como o conjunto de todos os bens das comunidades do país. No entanto, o fato de não aparecer como uma espécie de “crédito de desenvolvimento sustentável” e como parte do patrimônio do desenvolvimento sustentável do Gabão, como está contabilizado no registro nacional, sugere que esse capital comunitário pode ser calculado em nível nacional e não em nível comunitário e, portanto, seria administrado pelo Estado e não pelas próprias comunidades. **Isso já seria uma primeira forma de expropriação das comunidades.**

Outro aspecto preocupante é que, ao considerar o patrimônio comunitário sob a lógica da Lei de Desenvolvimento Sustentável, que sugere que ele seria gerado por atividades realizadas no marco de uma “concessão de desenvolvimento sustentável”, é de se questionar se esse patrimônio também poderia ser reivindicado pelo concessionário. Isso seria prejudicial às comunidades e poderia haver conflitos. Esse aspecto é ainda mais preocupante ao se considerar que os “órgãos de gestão” previstos para medir e monitorar o comércio de créditos de desenvolvimento sustentável não incluem, segundo o texto da lei, nenhum tipo de representação ou processo de consulta às comunidades.



Ainda mais perturbador é o fato de que o “estudo de impacto de desenvolvimento sustentável” – pelo qual seriam calculados os “créditos” de desenvolvimento sustentável de cada projeto – não inclui nenhum critério relacionado aos direitos das comunidades. O único critério que poderia ter algum impacto sobre os membros dessas comunidades se refere à criação de emprego. Portanto, se o “capital comunitário” for intercambiado por outros créditos registrados no registro nacional de desenvolvimento sustentável, as decisões sobre o “valor” dos direitos, das terras e dos recursos de uma comunidade serão tomadas a portas fechadas pelo governo. Além disso, seria usada uma metodologia de cálculo que nem sequer inclui os ativos das comunidades. **Isso é claramente contrário à própria noção de direitos.**

Igualmente preocupante é a aparente proposta de fazer com que os créditos de desenvolvimento sustentável, incluindo os créditos comunitários, sejam negociáveis em todo o território. Na verdade, isso é o que sugere a criação de um registro nacional de desenvolvimento sustentável, o que significaria, por exemplo, que **uma empresa poderia tomar posse das terras tradicionais de uma comunidade e degradá-las com suas atividades de exploração, “compensando” com a compra ou produção de créditos por meio da construção de uma escola para outra comunidade localizada a 300 km de distância.** Isso parece possível desde que a lei não especifique se esses tipos de créditos são intercambiáveis, tanto qualitativa quanto geograficamente. Com relação à intercambiabilidade geográfica, não está claro se ela se refere a regiões de um mesmo país ou a países diferentes, o que significaria que a degradação florestal realizada no Gabão poderia ser compensada, por exemplo, em Camarões.

Ainda pior, a lei sugere que um tipo de “crédito” pode ser intercambiado por outro tipo – já que os créditos comunitários, de carbono, ecossistêmicos e de biodiversidade são todos créditos de desenvolvimento sustentável – e tanto o cálculo quanto o intercâmbio é realizado sob o mesmo registro do desenvolvimento sustentável em nível nacional. Incrivelmente, isso poderia significar que a perda de terras por uma comunidade poderia ser “compensada” comprando-se “créditos de carbono”, ou seja, limitando-se a manter inalterada a cobertura florestal que funcione como um sumidouro de carbono (eventualmente, em alguma outra parte do território).

Se chegarem a se concretizar, esses pressupostos terão consequências terríveis. A ideia de uma “compensação comunitária” indiscriminada, tanto geográfica quanto qualitativamente, pisoteia os direitos individuais e trata as necessidades humanas básicas como mercadorias que podem ser trocadas por outras. Na verdade, essa ideia pode até ser muito prejudicial ao desenvolvimento sustentável, se o que se entende por ele, de acordo com a definição do Artigo 2 da Lei em questão, for “um desenvolvimento que responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas. Ou seja, que integre de modo equilibrado as dimensões econômica, social e ambiental”.



**Quando a lei foi promulgada, ainda continha muita coisa que se prestava a várias interpretações. Desde então, houve avanços no sentido de regulamentações ou políticas para implementá-la?**

Imediatamente após a promulgação da lei, em 2014, com apoio financeiro do PAGOS, foi contratado um consórcio de consultores (grupo Ecocert, uma multinacional francesa de certificação; ADETEF, um grupo responsável pela cooperação internacional do governo francês; a consultoria francesa Carbone 4; e a empresa francesa AQUATERRE) para realizar estudos técnicos sobre a implementação do Estudo de Impacto de Desenvolvimento Sustentável (EIDD, na sigla em francês) e do Registro Gabonês de Desenvolvimento Sustentável (RGDD). Essas foram duas ferramentas prévias ao início do funcionamento do projeto de Lei de Orientação do Desenvolvimento Sustentável (LODD).

Além de duas brochuras (1 – O programa de implementação da Lei de Orientação do Desenvolvimento Sustentável do Gabão; e 2 – O desenvolvimento sustentável no Gabão: da consciência ambiental ao plano estratégico Gabão emergente), publicados com ajuda de consultores e apresentados nas negociações internacionais sobre o clima em Lima, em dezembro de 2014, não houve nenhum avanço oficial em termos de regulamentações ou outros textos para a implementação da lei em questão.

Até abril de 2015, quando a plataforma GMTMD teve contato, pela última vez, com o consórcio de consultores, eles enfrentavam uma série de problemas que não conseguiam contextualizar ou mesmo entender, tais como:

1. As definições constantes do Artigo 2º da Lei de Orientação do Desenvolvimento Sustentável (LODD): os consultores seguiam pedindo a contribuição das Organizações da Sociedade Civil (OSC) para que sugerissem pontos que requeiram atenção e elementos necessários para esclarecer essas definições.
2. No que diz respeito aos princípios, critérios e indicadores para avaliar o impacto do desenvolvimento sustentável: seria interessante descrever os 19 princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável enunciados no Artigo 3 da LODD, para facilitar sua compreensão: contexto nacional, origem e alcance de cada princípio. Também neste caso, os consultores solicitavam a contribuição das OSC, pois cada um dos 19 princípios da LODD deve estar associado a um ou mais critérios e indicadores quantificáveis (em sentido estrito ou, na sua falta, mediante a atribuição de uma classificação resultante da aplicação de uma escala) e verificáveis. De acordo com essa lógica, seria necessário especificar o intervalo de valores de sustentabilidade para cada indicador. Além disso, seria interessante estabelecer um limiar para cada indicador segundo o qual o projeto não seria aceitável e outro, segundo o qual, ao contrário, o projeto poderia receber créditos de desenvolvimento sustentável.
3. Havia também a questão dos critérios tidos em conta na decisão de apresentar ou não projetos ao Estudo de Impacto do Desenvolvimento Sustentável – Artigo 6º da LODD – e os limiares para esses critérios: que elementos do contexto (setor de atividade do projeto econômico,



localização do projeto, práticas atuais, melhores práticas no setor, etc.) deveriam ser propostos para adaptar a lista de critérios e o valor dos limiares associados?

No entanto, desde então, não houve nenhuma comunicação oficial sobre esse processo.

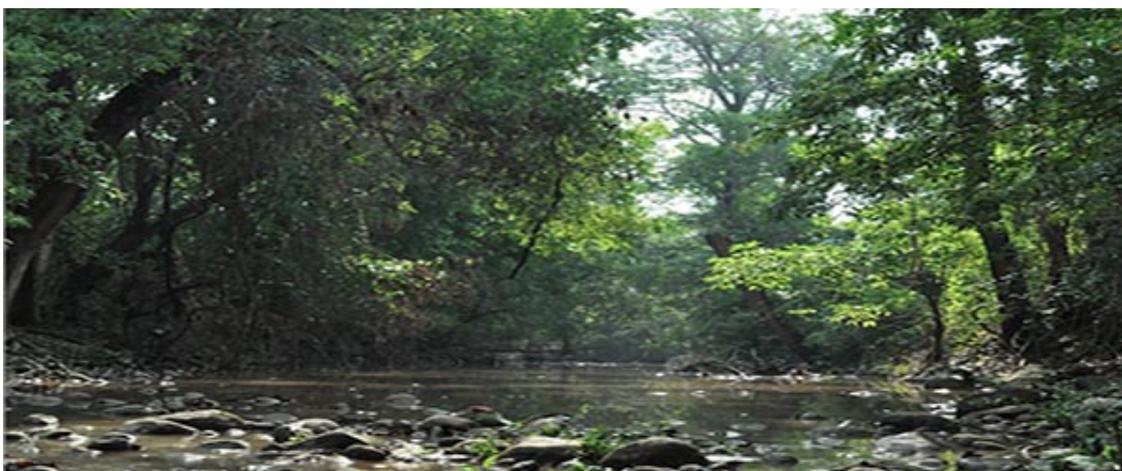
### **Em sua opinião, por que a lei ainda não foi implementada?**

Embora tenha sido promulgada e, por se tratar de uma lei-marco, ela seja mencionada como referência em certos textos legislativos e leis setoriais aprovados desde 2014, o fato é que a LODD ainda não está vigente porque ainda falta esclarecer as definições constantes do Artigo 2. Além disso, ainda não foram desenvolvidos ou estabelecidos os diferentes mecanismos (EIDD, RGDD...) que ajudariam a implementá-la. Também se constata que:

- Ainda não foram definidos os mecanismos e instrumentos financeiros da lei (Título IV) que permitem a “realização de projetos que se ajustem à estratégia nacional de desenvolvimento sustentável”.
- O marco institucional necessário para a implementação da Lei (Título VI) ainda não está estabelecido, porque ainda não foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o Conselho Nacional de Uso dos Solos, o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável e, acima de tudo, o Organismo de Gestão correspondente.

Por todas as razões listadas, entre outras, a lei continua inaplicável até hoje.

## **Colômbia: Compensações Ambientais, legitimando o extrativismo**



A Colômbia foi um dos primeiros países da América Latina a criar e implementar regras e regulamentações específicas sobre compensação por



perda de biodiversidade. Além do Artigo 50 da Lei 99 de 1993, a Resolução 1503 de 2010 e a Lei 1.450 de 2011 estabelecem a necessidade de padronizar mecanismos de compensação ambiental. Posteriormente, em 2012, o Ministério do Meio Ambiente aprovou a Política Nacional de Gestão Integrada de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (PNGIBSE), que estabelece como um dos seus eixos estratégicos “fortalecer as atividades e a institucionalidade relacionadas a avaliação de impactos ambientais, recuperação de passivos ambientais e **atribuição de compensações ambientais por perda de biodiversidade, ligadas a projetos ambientalmente licenciáveis**, em níveis nacional, regional e local” (1).

Mais tarde, no mesmo ano, o Manual para a Atribuição de Compensações por Perda de Biodiversidade (MACPB) foi adotado por meio da Resolução 1517, com o apoio de ONGs transnacionais, como WWF e The Nature Conservancy. A aplicação desse manual é obrigatória para os candidatos a licenças ambientais nos setores de mineração, hidrocarbonetos, infraestrutura, eletricidade, marítimo e portuário. Sua aplicação considera a determinação e a quantificação das compensações desde a etapa de planejamento dos projetos licenciáveis e deve incluir três aspectos: quanta área, onde e como compensar, com um enfoque de “perda líquida zero”, no qual a diminuição da diversidade em um local pode ser compensada em outro que tenha “equivalência ecológica” – ou seja, adições e subtrações enganosas.

A Lei de 2011 e o Manual foram ambos criticados por setores ecologistas colombianos. Uma das principais críticas se devia ao fato de o punhado de ONGs transnacionais envolvidas manter laços estreitos e ser financiado pelas mesmas grandes empresas que precisam de compensação para manter e aumentar os seus níveis de destruição. Ignorou-se a consulta a vários atores colombianos, como universidades e organizações nacionais e locais (2).

Com base nesses regulamentos e no discurso que promove a redução da pegada de carbono, a Corporação Autônoma Regional das bacias dos rios Negro e Nare-Cornare (3) propõe a criação de “BanCO2” para a implementação de planos de compensação por perda de biodiversidade através de uma parceria com Bancolombia, Aliança Clima e Desenvolvimento (CDKN, na sigla em Inglês), WWF e Fundação Natura.

O BanCO2 foi lançado em 2013 pela Cornare e foi rapidamente adotado por outras Corporações Autônomas e Regionais. Ele está sendo implementado através de uma suposta cooperação ou pagamento a famílias rurais, com base no apoio das Corporações Autônomas Regionais (atualmente 20) e no investimento de empresas, como AngloGoldAshanti Colombia e Antioquia Gold, a fábrica de cimento Argos, a companhia industrial pública EPM, entre outras. Essas empresas são listadas como “compensadoras”, ou seja, pagam uma taxa para supostamente compensar sua degradação ambiental. Assim, o pagamento pela conservação de uma determinada área em alguma parte da Colômbia permite que essas empresas sigam com suas indústrias extrativas em outra (s).



### Três exemplos de BanCO2:

- No leste do departamento de Antioquia, no município de San Roque, o projeto Gramalote, da mineradora multinacional AngloGoldAshanti Colombia, paga 15 famílias camponesas pela proteção de 215 hectares. No entanto, esse projeto de extração de ouro cobre uma área de mais de 9.413 hectares em seis municípios, afetando potencialmente 50 mil pessoas. Além disso, enquanto o BanCO2 tem uma plataforma perfeita para que a AngloGold Ashanti se apresente como “cuidadora do meio ambiente”, essa multinacional sul-africana tem 504 licenças de mineração na Colômbia e outras 3.074 solicitações com potencial para deslocar e afetar milhares de famílias no país (Censat Agua Viva, 2016).

- A Empresas Públicas de Medellín (EPM) é uma multinacional colombiana que atualmente está construindo o megaprojeto hidrelétrico Hidroituango, para o qual cortou mais de 4.500 hectares da floresta tropical seca, um dos ecossistemas mais ameaçados da Colômbia. A compensação da empresa por seus enormes danos ambientais através do BanCO2 foi paga a 56 famílias e chega a 1.209 milhões de pesos colombianos em três anos (cerca de 421.482 dólares norte-americanos). O lucro da EPM em 2016 foi de 1,86 trilhões de pesos colombianos (cerca de 619.392.994 dólares) (Gómez & Echeverry, 2017).

- O “Florestas da Paz” é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que, através da resolução 0470 de 2017, propõe formular atividades produtivas “com o objetivo de gerar bens e serviços comercializáveis e contribuir para a conservação...”. Com base nele, serão investidos na cidade de Granada 3,5 bilhões de pesos (cerca de 1.172.409 dólares) em práticas agroflorestais em 1.200 hectares de floresta (4). O objetivo é criar 150 Florestas da Paz em todo o território colombiano com o plantio de cerca de 8 milhões de árvores nos próximos dois anos, acompanhado por estratégias de compensação ambiental como o BanCO2 (5).

Com a implementação do BanCO2, abre-se uma verdadeira disputa pelos direitos de uso dos territórios camponeses. Embora não mude o proprietário, quando os agricultores se inscrevem no BanCO2, muda quem exerce poder sobre a finalidade de uso de um determinado território. A família camponesa perde seu poder de decisão sobre seu território e o outorga a empresas regionais, que ficam encarregadas da verificação do cumprimento desses compromissos, a serviço do mercado.

Além disso, mais recentemente, a estratégia “Banco Habitat” foi criada através do Decreto 2.099 de 2016, lançado publicamente em 2017 pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O Banco Habitat começará com um investimento privado de 1,5 milhão de dólares para a restauração e a conservação de 605 hectares no município de San Martín, no departamento de Meta. Esse programa “busca que as empresas que têm obrigação de compensar os impactos negativos que geram no meio ambiente possam fazê-lo através dessas terras destinadas a conservação e restauração”. Ela possui um investimento privado de 1,5 milhão de dólares, financiado pelo Fundo



Multilateral de Investimentos (FOMIN) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (6).

Como vemos, os projetos conservacionistas de compensação nos quais se apela à “responsabilidade social e ambiental” das empresas são uma manobra hábil que lhes rende dupla vantagem. A legitimação de suas políticas se traduz em preços maiores das ações e em uma espécie de aval para continuar expandindo. As empresas pretendem construir uma imagem de redentoras dos territórios, com foco em medidas compensatórias altamente divulgadas, mas cujas credenciais ecológicas são, no mínimo, questionáveis.

Marcela Gómez, [clima@censat.org](mailto:clima@censat.org)

Andrea Echeverri, [comunicaciones@censat.org](mailto:comunicaciones@censat.org)

CENSAT Agua Viva, Colômbia, <http://censat.org/>

### Referências

Censat Agua Viva, 2016. *Lavado de imagen corporativa + negocio financiero = BanCO2* <http://censat.org/es/analisis/lavado-de-imagen-corporativa-negocio-financiero-banco2>

Gómez e Echeverry, 2017. *BanCO2 o el premio a la contaminación*. Em Revista de Ecología Política Nº 53, em revisão.

(1) *Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible. Política Nacional para la Gestión Integral de la Biodiversidad y sus Servicios Ecosistémicos*

[http://www.humboldt.org.co/images/pdf/PNGIBSE\\_espa%C3%B1ol\\_web.pdf](http://www.humboldt.org.co/images/pdf/PNGIBSE_espa%C3%B1ol_web.pdf)

(2) <http://blogs.elspectador.com/actualidad/conspirando-por-un-mundo-mejor/665-2>

(3) A Corporações Autônomas Regional (CAR), são “entidades empresariais públicas, integradas pelas autoridades locais, encomendado por lei para administrar -dentro da área de sua jurisdição- ao ambiente e dos recursos naturais renováveis, e trabalham para o desenvolvimento sustentável do país”, <http://www.minambiente.gov.co/index.php/component/content/article/885-plantilla-areas-planeacion-y-seguimiento-33>

(4) <http://www.eltiempo.com/colombia/medellin/nuevo-bosque-de-paz-en-granada-antioquia-76834>

(5) [www.minambiente.gov.co/index.php/noticias/2975-las-compensaciones-ambientales-son-el-motor-de-un-nuevo-modelo-de-desarrollo-sostenible-para-colombia](http://www.minambiente.gov.co/index.php/noticias/2975-las-compensaciones-ambientales-son-el-motor-de-un-nuevo-modelo-de-desarrollo-sostenible-para-colombia)

(6) <http://www.elspectador.com/noticias/medio-ambiente/colombia-estrena-el-primer-banco-de-habitat-de-latinoam-articulo-677536>



## Madagascar: O “absurdo da compensação”



“É um absurdo e uma injustiça que eles nos tirem a nossa floresta afirmando que querem protegê-la, enquanto, na realidade, é só uma maneira para continuarem devastando outra floresta, em outro lugar, com suas minas”.

Foi assim que fomos recebidos há algum tempo pela assembleia de Antsontso, uma pequena comunidade no extremo sul de Madagascar. Era setembro de 2016. Pela terceira vez em alguns anos, a organização italiana Re:Common decidiu voltar à grande ilha para continuar a desvelar a fraude da compensação de biodiversidade, que está enriquecendo as mineradoras e deixando na miséria comunidades do mundo todo.

### **O que é compensação de biodiversidade?**

Há alguns anos, empresas transnacionais, envolvidas principalmente em mineração, agricultura industrial e construção de grandes projetos de infraestrutura, junto com instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, alguns importantes grupos internacionais de conservação da natureza e um número crescente de governos começaram a usar, cada vez com mais frequência, uma estratégia conhecida como “compensação de biodiversidade”.

Segundo eles, esse mecanismo ajudaria a proteger a diversidade biológica, com o argumento de que a biodiversidade e as funções ecossistêmicas relativas a cada hectare destruído pelas operações das empresas seriam protegidas ou restauradas em outros lugares.

### **Uma mina atuando no resgate da biodiversidade?**

A mina QMM, da Rio Tinto, localizada em Fort Dauphin, em Madagascar, na região de Anosy, vem operando desde 2005. Ela tem uma licença para dragar 6 mil hectares de uma singular floresta litorânea e extrair ilmenita, um branqueador industrial usado em vários produtos, de tinta a pasta de dente. A



operação vem removendo as últimas faixas da floresta na borda sudeste da ilha, uma das áreas biológica e culturalmente mais diversas do mundo.

Para equilibrar o tanto que se fala dos impactos negativos sobre um ambiente tão frágil e precioso, nos últimos anos, a Rio Tinto (RT) preparou o caminho para enfrentar as críticas ambientais a suas operações, investindo milhões de dólares em um Plano de Ação para a Biodiversidade apoiado internacionalmente. Apesar de ser a mais poderosa empresa multinacional de mineração do mundo, com conflitos socioambientais espalhados por seis continentes, a RT conseguiu ser reconhecida como “líder mundial” na proteção da biodiversidade. Para isso, a empresa multinacional fez alianças estratégicas com influentes grupos de conservação, bem como com especialistas de boa reputação na academia, que permitiram à corporação afirmar publicamente que a mina de ilmenita “veio salvar a biodiversidade singular da área costeira de Fort Dauphin”. (1)

Na verdade, o projeto de compensação de biodiversidade da Rio Tinto/QMM em Madagascar é o mais divulgado no setor de mineração. Ele pretende compensar a perda de biodiversidade resultante da destruição da singular e rara floresta costeira existente na área de mineração de ilmenita da Rio Tinto QMM “preservando” uma floresta em Bemangidy-Ivohibe, a cerca de 50 km ao norte dessa área. No entanto, a “preservação” se traduz na introdução de restrições ao uso da floresta por comunidades locais.

Uma investigação conjunta da Re:Common e do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), em setembro de 2015, teve como objetivo registrar as visões dos moradores que vivem na proximidade de uma das três áreas que compõem o plano de compensação de biodiversidade da Rio Tinto QMM para a mina de ilmenita da empresa em Fort Dauphin (2). Nossas conversas com os moradores de Antsontso, onde o projeto de compensação está sendo realizado, revelaram que a situação real é muito diferente das histórias que a empresa conta no exterior.

Especificamente, o projeto de compensação de biodiversidade tornou ainda mais precários os meios de subsistência das pessoas que vivem no local de compensação, ao impor restrições extremamente severas ao uso da floresta, quase a única fonte de subsistência para os moradores dessa região. Foram prometidas alternativas de geração de renda para aliviar a perda de acesso à floresta, mas elas ainda não se materializaram. Enquanto isso, as pessoas enfrentam uma luta diária para se alimentar.

Em setembro de 2016, cerca de um ano depois, o pioneiro videodocumentário *Your Mine* (3) foi filmado com os habitantes de Antsontso e permitiu revelar quem se beneficia realmente do projeto de compensação de biodiversidade e quem está arcando com suas consequências insuportáveis.

### **Ampliando o protesto**

A fim de fortalecer a solidariedade com o povo de Antsontso, que sofreu impactos tão duros das restrições impostas ao acesso às suas terras florestais,



bem como apoiar a busca da justiça, a Re:Common, juntamente com uma série de grupos com sede na Europa, passou a dar apoio à tentativa da comunidade de levar suas vozes aonde as decisões costumam ser tomadas, e onde muitas vezes as histórias contadas diferem muito da realidade concreta. A assembleia geral anual de acionistas da Rio Tinto em 2017 seria incomum, já que incluiria representantes da comunidade de Antsontso como parte da ação conjunta com a sociedade civil para chamar a atenção para a licença social que a QMM tem para operar. Os moradores que representam a comunidade afetada pelo programa de compensação de biodiversidade da QMM, que os deixou sem terras férteis e sem compensação pela perda de seu acesso à floresta, sua segurança alimentar e seus meios de subsistência, deveriam levar novas perguntas para a empresa responder.

Porém, alguns dias antes da data de sua viagem, os moradores de Antsontso foram informados de que os vistos para sua entrada no Reino Unido haviam sido negados. As razões apresentadas não só mostraram os preconceitos questionáveis do governo do Reino Unido em relação aos povos indígenas, mas também suscitaram suspeitas graves e não respondidas de interferência da empresa.

O membro da comunidade que planejava participar da Assembleia Geral Anual foi informado afrontosamente por autoridades britânicas de que “carecia de qualificação” para falar sobre questões ambientais e de direitos humanos (4). Isso, na verdade, faz com que a Rio Tinto perca rapidamente sua credibilidade. Curiosamente, em outubro de 2016, o tão elogiado comitê de biodiversidade da QMM já havia renunciado, afirmando que a Rio Tinto e a QMM haviam diluído seu compromisso com a mineração responsável ao criar “uma estratégia vaga e fundamentalmente enfraquecida” (5).

Mas a história não termina aqui.

Mesmo que a luta da comunidade de Antsontso por justiça ainda esteja em andamento e qualquer desfecho previsível provavelmente ainda esteja longe, algumas reflexões mais gerais podem ser extraídas dessa história tão sintomática.

### **Compensação para quem?**

Nos últimos anos, estamos assistindo a um número crescente de pesquisadores, ativistas e profissionais envolvidos em discussões e análises votadas a atribuir valores econômicos à natureza, sob o pressuposto de que a única maneira de protegê-la é torná-la “economicamente visível”. Essa busca por medir o imensurável produziu uma infinidade de métricas, sistemas contábeis e até mesmo bancos naturais, juntamente com grandes debates em torno dessas ferramentas, com o único resultado de que as questões mais fundamentais da justiça social permaneceram, em grande parte, sem ser abordadas.

Nós assumimos uma postura de oposição fundamental a uma abordagem que deseja trancar “pessoas” e “natureza” em dois blocos separados, bem como



uma rejeição ética de um processo destinado a abstrair habitats complexos e dinâmicos em equivalências baseadas em métricas e unidades questionáveis, tendo em mente a experiência de curto prazo dos créditos de carbono. Questionamos até mesmo a eficácia das compensações para tornar os “créditos de biodiversidade” financeiramente atraentes e, ao mesmo tempo, eficientes em termos de conservação da biodiversidade.

No entanto, não queremos basear nosso argumento na (falta de) eficiência e eficácia desses mecanismos, e sim no questionamento de seu propósito.

Proteger a natureza e a biodiversidade tem pouco ou nada a ver com compensar a biodiversidade, pois o objetivo atual desses esquemas é permitir mais destruição e apropriação ao legitimar ou mesmo legalizar os crimes ambientais. Atrás da história sombria de proteção da natureza, na verdade, existem centenas de milhões em dinheiro público sendo desviados para os bolsos das empresas transnacionais.

O extrativismo, entendido como extração sistemática de riqueza e soberania dos territórios, tem uma necessidade constante de novos projetos de mineração ou grandes barragens em áreas ricas em biodiversidade (mais frequentemente, no Sul), bem como megaprojetos de infraestrutura, como estradas ou áreas residenciais em regiões mais antropizadas.

Para conseguir o controle sobre esses recursos, a máquina extrativista deve superar a oposição crescente das comunidades que simplesmente não quiserem abrir mão do direito de decidir o que acontecerá em seus territórios. Daí vem a necessidade de as empresas elaborarem formas novas e mais sofisticadas para obter sua licença para destruir.

Ao lançar e promover projetos de compensação, as empresas não só podem continuar com seus negócios de sempre sem ser incomodadas, mas podem fazê-lo apresentando-se como líderes da conservação da natureza, com o apoio ativo de institutos de pesquisa de boa reputação, ONGs de conservação, parte da academia, e outro aliado poderoso: o Estado. Na verdade, o Estado é estruturalmente indispensável para o sucesso desse modelo predatório, pois tem o poder de torná-lo juridicamente viável, ajustando as regras do jogo, mas também socialmente justificável, permitindo-o em nome de um “interesse público” reformulado de modo a se equiparar ao lucro privado. Dessa forma, territórios inteiros que são mais visados por empresas extrativistas também passam a estar sujeitos a militarização repressiva, deixando pouco espaço para discussão e, muito menos, para oposição.

As evidências coletadas durante nossas jornadas através de áreas de compensação de biodiversidade levantam uma questão fundamental de justiça (6).

Centenas de famílias estão perdendo seus meios de subsistência para permitir que as gigantes da mineração do mundo aumentem seus lucros. As empresas privadas e as organizações de conservação que apoiam esses projetos com suas marcas comerciais de sustentabilidade nem sequer se sentem obrigadas



a informar as comunidades afetadas sobre as motivações reais das restrições impostas ao uso de seus territórios.

No entanto, mecanismos perversos, como a compensação da biodiversidade, são extremamente eficazes em uma coisa: desviar a atenção do *quê* para o *como*. Ao se concentrar em como tornar os negócios de sempre das empresas mais socialmente aceitáveis ou ecologicamente sustentáveis, impedem o surgimento de uma discussão verdadeiramente democrática e transparente sobre alternativas significativas a um modelo de desenvolvimento predatório que continua a beneficiar apenas alguns em detrimento de muitos.

É fundamental que não desperdicemos tempo precioso buscando maneiras de reformar um sistema falido, que deveria ser rejeitado como tal. Não podemos mais nos dar o luxo de distrações.

*Giulia Franchi, gfranchi [at] recommon.org*  
Re:Common, <http://www.recommon.org/>

- (1) [http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/06/Article\\_Rio\\_Tinto\\_in\\_Madagascar.pdf](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/06/Article_Rio_Tinto_in_Madagascar.pdf)
- (2) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/proyecto-de-compensacion-por-perdida-de-biodiversidad-de-rio-tinto-en-madagascar-doble-acaparamiento-de-tierras-en-nombre-de-la-biodiversidad/>
- (3) [https://www.youtube.com/watch?v=\\_x-ZB2xyCfQ&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=_x-ZB2xyCfQ&feature=youtu.be)
- (4) [https://www.theguardian.com/global-development/2017/apr/07/madagascar-farmer-mining-firm-rio-tinto-agm-ousted-from-land-athanase-monja?mc\\_cid=c25820a07c&mc\\_eid=5e52a8e9f0](https://www.theguardian.com/global-development/2017/apr/07/madagascar-farmer-mining-firm-rio-tinto-agm-ousted-from-land-athanase-monja?mc_cid=c25820a07c&mc_eid=5e52a8e9f0)
- (5) [http://www.theecologist.org/\\_download/403726/qmm\\_biodiversity\\_committee\\_resignation\\_statement\\_final.pdf](http://www.theecologist.org/_download/403726/qmm_biodiversity_committee_resignation_statement_final.pdf)
- (6) <http://www.recommon.org/eng/biodiversity-offsetting-license-destroy/>



## O que está por trás da ideia de compensação da biodiversidade: a represa de Nam Ngiep, no Laos



Os governos de Camboja, Laos e Tailândia estão planejando a construção de onze grandes hidrelétricas no curso principal do rio Mekong. Se construídas, as represas bloqueariam grandes migrações de peixes e prejudicariam esse rio de importância vital, colocando em risco milhões de pessoas que dependem dele para sustentar suas vidas e suas culturas. Só o plano de desenvolvimento de energia hidrelétrica do Laos prevê mais de 70 novas grandes represas, das quais 12 estão em construção e quase 25, em estágios avançado de planejamento (1). O Laos também assinou um Memorando de Entendimento para fornecer 7.000 MW de energia à Tailândia a partir de 2015 e 3.000 MW ao Vietnã, de agora até 2020 (2). Um importante investidor nessas represas é o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).

Em consonância com a tendência à “economia verde”, o BAD, junto com outras instituições financeiras, como o Banco Mundial, obriga as empresas a compensar a perda de biodiversidade que não puder ser evitada. É o caso do Projeto Hidrelétrico de Nam Ngiep 1, que começou em 2014 e está localizado nas províncias centrais de Bolikhamxay e Xaisomboun, no Laos, 40 km a montante de uma confluência do Mekong. As operações estão programadas para começar em janeiro de 2019, e o projeto de compensação deveria dar conta de toda a perda de biodiversidade gerada pela represa.

Conversamos com Premrudee “Eang” Daoroung, do Projeto SEVANA South-East Asia, ativista ambiental residente em Bangkok que vem acompanhando as questões ambientais da região nas últimas duas décadas.

**1. Como está a situação geral da proliferação de represas na região do rio Mekong e qual é a situação específica no Laos? Quais são os principais impactos desse aumento súbito?**



A questão das grandes represas hidrelétricas na região do Mekong continua sendo uma das principais preocupações entre os grupos que estão monitorando a situação e o grande número de moradores afetados na região. Enquanto a China está terminando oito grandes hidrelétricas no curso principal do Mekong, o Laos também vem construindo as duas primeiras represas na parte inferior desse rio importante. Atualmente, estão em construção As represas de Xayabouri e Don Sahong, apesar das muitas perguntas sem resposta acerca de seus impactos sobre a pesca no Mekong e os meios de subsistência locais, e do processo enganoso de consulta e sua viabilidade econômica. Além disso, recentemente, o Laos propôs e pressionou por uma nova represa no curso principal do rio – a represa de Pak Beng. Várias delas estão sendo construídas, como a de Nam Ngiep 1, no rio Nam Ngiep, o afluente do Mekong que demarca a fronteira entre o Laos e a Tailândia.

As represas no curso principal do Mekong são uma indicação da mudança política regional em direção à economia de mercado, mas também refletem a influente relação dos países construtores e compradores de energia, como China e Tailândia, com aqueles que fornecem o terreno para o investimento, como Laos e Camboja. A expansão e a pressão contínua pela construção de represas no Mekong também mostram o quanto o setor privado se tornou poderoso na região. Essas represas também estão criando conflitos sobre os planos de desenvolvimento da região dentro dos países membros e entre diferentes países. Por exemplo, enquanto o delta do Mekong, no sul do Vietnã, conhecido como provedor de arroz do mundo, foi afetado pelas represas que estão sendo construídas a montante, o governo vietnamita ainda está segurando a concessão para construir a represa de Luang Prabang, no curso principal do rio, na parte norte do Laos.

Há muito pouca informação disponível sobre China e Laos, os dois países que recebem a maior parte das represas do Mekong. No entanto, para o Laos, um pequeno país com sete milhões de habitantes, a situação é conhecida, através de vários estudos, como sendo um tanto paradoxal (se não ridícula). Além de algumas centenas de planos para represas e com mais de dez delas já construídas, o país ainda está se familiarizando com outros projetos de grande porte que também exigem seus recursos naturais, incluindo agronegócio, plantações e mineração em grande escala. Depois de duas décadas, no entanto, o Laos ainda não viu um sucesso econômico real, enquanto mais e mais territórios foram tomados das pessoas. O conflito sobre os projetos de “desenvolvimento” e a questão de quem se beneficiou desses projetos, bem como qual será o resultado para o futuro do Laos e seu povo na próxima década, ainda são questões fundamentais para esse país pequeno e fechado.

## **2. Você pode nos dizer quais são as consequências (econômicas, sociais e ambientais) da implementação do Projeto da Hidrelétrica de Nam Ngiep 1?**

Semelhante a outras usinas hidrelétricas no Laos, a de Nam Ngiep 1 está sendo construída sem participação suficiente das pessoas afetadas. Como de costume, a parte negativa é que as pessoas não se sentiram no direito de participar ou de recusar o que o governo estava propondo. Mais de três mil



delas tiveram que ser reassentadas, cuja maioria era de hmongs e khmus, as duas principais etnias do Laos. De acordo com uma entrevista realizada pela International Rivers (IR) em 2014, pessoas que declararam morar na área do projeto havia mais de três décadas reconheceram que as compensações que lhes foram oferecidas não podiam ser comparadas com suas necessidades de subsistência e suas perdas.

A represa de Nam Ngiep é construída em uma área oficialmente categorizada como área florestal protegida. O reservatório da represa, que tomou uma grande área da bacia do rio Nam Ngiep, causará uma mudança profunda nas áreas do rio e da floresta em termos de recursos naturais e biodiversidade. Ainda há dúvidas sobre a intenção e a capacidade do governo do Laos em termos de gestão das áreas protegidas, principalmente quando se vê como o governo depende do BAD e da empresa para realizar a tarefa. A represa de Nam Ngiep deve fornecer cerca de 4% dos 7.000 MW propostos para exportação à Tailândia até 2020. No entanto, a sociedade tailandesa continua com dúvidas e críticas à forma como a Autoridade Geradora de Eletricidade da Tailândia (EGAT, na sigla em inglês) interpreta as necessidades futuras de eletricidade. A represa está sendo construída por um consórcio que inclui a empresa japonesa Kansai Electric Power Company (45%), a tailandesa EGAT International Company (30%) e a Holding State Enterprise (25%), do Laos. Ela tem fundos do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), que aprovou um empréstimo de US\$ 50 milhões do setor privado para a construção.

### **3. Historicamente, como tem sido o envolvimento do BAD no financiamento de represas na região?**

Além de Nam Ngiep, no Laos, o BAD cumpriu um papel significativo na construção da represa de Nam Theun 2 (NT2), no maior afluente do Mekong, o rio Theun (Nam Theun). Uma parede de 39 metros de altura forma um reservatório que inundou 450 km<sup>2</sup> do biodiverso planalto de Nakai, na fronteira entre Laos e Tailândia, de um lado, e Laos e Vietnã, de outro. Foram relocados 6.300 indígenas para abrir caminho para o reservatório e mais de 120 mil moradores de aldeias foram afetados a jusante da represa. Esse polêmico projeto tem sido fortemente criticado por diferentes grupos. No entanto, a represa iniciou suas operações em 2010, vendendo eletricidade para a Tailândia. O BAD forneceu 20 milhões de dólares em financiamento sob condições muito favoráveis, junto a um empréstimo do setor privado de até 50 milhões de dólares e uma garantia de risco político de até 50 milhões. A represa de Nam Theun 2 foi promovida como um projeto central no plano de interconexão de energia, um esquema-símbolo do BAD, a Sub-região do Grande Mekong (GMS).

Além do apoio direto ao projeto, o BAD está liderando os planos do setor de energia do GMS e especifica regras para a governança regional. O banco convocou e promoveu o chamado “Comitê de Coordenação do Comércio Regional de Energia”, com a participação do ministério da energia de cada país. De acordo com um relatório da International River, os projetos de energia que foram selecionados como prioridades de alto nível do BAD para receber investimentos entre 2014 e 2018 incluem a Interconexão de Transmissão de



Energia Laos-Vietnã, para transmitir eletricidade produzida por uma série de represas no primeiro país ao segundo, bem como a Estrutura de Transmissão de Subestações, para exportar energia das represas de Nam Ngiep 1, Nam Theun 1 e Nam Ngum 2, do Laos para a Tailândia. O papel do BAD no setor de energia e no desenvolvimento de represas hidrelétricas é central, e isso o torna alvo de críticas e questionamentos. Entre outras coisas, critica-se o fato de o banco não ter cumprido seus próprios padrões e regulamentos, principalmente no que diz respeito ao impacto de seus projetos sobre moradores ou comunidades locais. Em vez disso, seu foco principal é facilitar o investimento do setor privado e incentivar os governos da região a trabalhar com empresas.

Desde 1992, o BAD vem proclamando seu plano para “integrar” os países da Sub-região do Grande Mekong e, assim, trazer prosperidade e crescimento econômico. De 2006 a 2015, o banco financiou 376 projetos no valor de 15,4 bilhões de dólares, que apoiam diretamente a integração da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), mas os resultados são, no mínimo, duvidosos. O fato de o BAD não levar em conta os moradores, considerando-se que ele deveria ser um banco de “desenvolvimento”, apenas reforçou as críticas e as resistências locais.

**4. De acordo com a Declaração de Políticas de Salvaguarda do BAD, “A consulta significativa é um processo que começa no início da fase de preparação do projeto e é realizado de forma contínua ao longo do ciclo do projeto”. Você acha que a preparação e a implementação dessa hidrelétrica foram feitas com “consulta significativa”?**

A organização International Rivers (IR) vem fazendo fortes críticas à represa de Nam Ngiep 1, do BAD, depois que seus membros chegaram à área e conseguiram entrevistar as pessoas. A IR declarou que o BAD viola suas próprias salvaguardas com a falta de consulta e as informações tão necessárias sobre impactos, planos de reassentamento, compensação e falta de terras apropriadas nas áreas designadas para reassentamento (70% das quais são áreas protegidas de floresta). A falta de uma avaliação abrangente de impacto cumulativo, avaliação de riscos importantes e plano de mitigação não se refere apenas à área de construção da represa a montante, mas também sobre o impactado a jusante. No caso da “consulta significativa”, no entanto, também é uma interrogação para o governo do Laos. Ao longo das duas décadas de construção de represas, citadas como a ferramenta de desenvolvimento mais importante do Laos, a questão mais fundamental e problemática que ocorreu e foi apontada foi a grave falta de participação das pessoas, mesmo em um nível muito básico, no que está acontecendo com elas bem na terra onde vivem. No plano de gestão ambiental da Nam Ngiep, as únicas três partes principais que participam do processo de planejamento são o governo do Laos, o BAD e a empresa. O governo parece reconhecer sua obrigação de trabalhar com o BAD e a empresa e informá-los, além de receber algum orçamento deles. Seu papel, infelizmente, tem sido o de facilitar o trabalho dos atores externos em vez de defender o povo de Laos.



**5. Em sua opinião e pela sua experiência de trabalho em comunidades afetadas por represas, seria possível compensar a perda de biodiversidade gerada pela construção de uma grande hidrelétrica?**

Em relação à ideia de compensação da biodiversidade, uma questão muito problemática é a forma como o projeto mede a perda real de biodiversidade que causa. Quando os moradores locais, que têm usado e protegido os territórios e a biodiversidade em torno das represas, não são reconhecidos como os principais atores a ser consultados, é difícil ver como o projeto poderia medir o “valor” da biodiversidade e sua perda. Na verdade, o projeto não completou até agora os estudos básicos sobre o valor da biodiversidade pré-projeto, mas o proponente está sugerindo uma expectativa de “perda líquida zero” de biodiversidade por meio da compensação. No entanto, a biodiversidade, o meio ambiente, os recursos naturais e os meios de subsistência das pessoas em um país como o Laos certamente têm o mesmo valor e são muito interconectados e dependentes. Os membros das etnias hmong e khmu, especialmente, têm uma determinada maneira de usar esses outros valores na vida cotidiana. Quanto maior a diferença dos “valores” dos hmongs e khmus em comparação com os “valores” concebidos pelos proponentes do projeto, menor será a chance de medir a biodiversidade perdida. E menos ainda de compensá-la.

**6. A ideia do projeto de compensação de biodiversidade parece ser ajudar a proteger uma área conhecida como Nam Chouane-Nam Xang, que, caso contrário, sofreria ameaças (2). Primeiro, de acordo com sua compreensão da dinâmica das comunidades rurais no Laos, você concorda que as comunidades que vivem em torno da área do projeto de compensação são uma ameaça à sua biodiversidade? O que você acha da ideia subjacente à “compensação de biodiversidade” segundo a qual um lugar pode ser igual a outro? Considerando-se que esses projetos de compensação têm foco apenas na biodiversidade, o que acontece com as comunidades afetadas em ambos os projetos – a represa e o projeto de compensação?**

O conceito de compensação de biodiversidade que eles estão tentando aplicar ao projeto da represa de Nam Ngiep 1, no Laos, é muito semelhante a outros grandes planos de gestão no país, como o antigo programa de Estabilização da Agricultura Itinerante, que foi lançado no final da década de 1980 como o principal programa para preservar as florestas naturais da agricultura itinerante praticada pelos grupos étnicos locais do Laos.

O significado desse programa para o governo do Laos tem sido de que a agricultura itinerante é semelhante às práticas de “corte-e-queima”, deixando muito pouco espaço para a “agricultura rotacional”. Portanto, o objetivo principal do programa foi eliminar as práticas das pessoas para o cultivo de arroz nas terras interiores e altas do Laos, como se isso fosse o principal motivo da perda de florestas. O governo do país levou quase três décadas para substituir as práticas tradicionais das pessoas nas áreas florestais por algo que pudesse trazer mais benefícios ao Estado e, como sempre afirmou, ao povo do Laos. Depois de todo esse tempo, no entanto, como consequência desse



programa, muitas comunidades foram relocadas de sua área original e enfrentam falta de segurança alimentar e soberania alimentar. Isso foi o mais difícil para as pessoas que foram transferidas para lugares que não puderam escolher, sem poder realizar seus costumes e sem seus meios de subsistência. Ainda é bastante difícil quando se refere a áreas de terras agrícolas, para não falar sobre o ecossistema mais sensível da floresta e a biodiversidade em geral.

O projeto de compensação da biodiversidade parece ter o mesmo objetivo de se livrar das práticas de agricultura itinerante das pessoas, já que os grupos étnicos Hmong e Khmu têm práticas muito semelhantes. E também tende a ter consequências muito parecidas em termos de falta de segurança alimentar e soberania alimentar. E as maneiras complexas em que os valores da biodiversidade, do meio ambiente, dos recursos naturais e dos meios de subsistência das pessoas se formam e estão inter-relacionados podem parecer semelhantes, mas eles são diferentes e únicos para cada lugar onde grupos étnicos vivem, produzem e reproduzem seus costumes e seus meios de subsistência.

#### **7. Como você acha que a comunidade internacional poderia ajudar a desmascarar os promotores de represas que fazem lavagem verde que começam a se perpetuar no Laos e em toda a região do Mekong?**

O apoio do BAD e dos governos do Mekong ao setor privado tornou-se mais evidente nos últimos anos, mesmo que as críticas ao seu papel existam desde o início da década de 1990. É imperativo revelar os beneficiários do desenvolvimento: o BAD, os governos e as empresas. A forma como eles trabalham juntos, sem que as pessoas estejam em seus planos, deve ser apresentada com mais clareza aos olhos do público. Para isso, a comunidade internacional ou o país anfitrião da empresa ou do governo financiador podem desempenhar um papel importante no monitoramento, no estabelecimento de redes e nas campanhas sobre os atores problemáticos que vêm de outros países para a região.

- (1) International Rivers, <https://www.internationalrivers.org/campaigns/laos>
- (2) Ministry of Energy and Mines, Department of Energy Business, Lao PDR, <http://www.poweringprogress.org/new/power-projects>



## Um guarda-chuva para o descumprimento: “Compensações pela qualidade do ar” na África do Sul



### Como foram estabelecidas as compensações pela qualidade do ar

As compensações pela qualidade do ar na África do Sul fazem parte de uma pressão contra conquistas na regulamentação obtidas através do trabalho árduo de ativistas da justiça ambiental desde a chegada de uma democracia que não se baseia na questão racial, em 1994. Trabalhando há mais de uma década contra um órgão regulador relutante e fraco (o Departamento de Assuntos Ambientais, ou DEA) e empresas fortes (a gigante petroquímica Sasol e a siderúrgica ArcelorMittal), bem como a Eskom, uma empresa paraestatal que tem o monopólio do setor elétrico, os ativistas conseguiram forçar uma revisão da regulamentação da qualidade do ar em 2004, para que estivesse mais em sintonia com o direito ambiental que consta na constituição sul-africana.

Isso incluiu uma nova legislação sobre qualidade do ar e a definição de normas ambientais e de emissão para uma série de poluentes prioritários. Essas mudanças entraram em plena vigência em 2010, entendendo que, em 2015, Sasol, Eskom e outros poluidores eram obrigados a cumprir essas novas normas, que exigiam despesas com tecnologias de redução.

Doze anos após a mudança da legislação, as duas maiores poluidoras do ar da África do Sul – a Eskom e a Sasol – não estavam prontas. Elas implementaram uma estratégia dupla: solicitar isenções em relação às novas normas para a maioria de suas centrais elétricas e forçar o desenvolvimento de uma política oficial de compensação como forma de escapar ao cumprimento das normas.

Em junho de 2015, foram publicadas as diretrizes para a compensação da qualidade do ar (1), muito criticadas por ativistas da sociedade civil. Elas não saíram de um processo “normal” de formulação de políticas, e sim tinham todas as marcas da resposta de um regulador fraco às duas principais poluidoras que estavam ganhando o debate ao manipular as informações sobre a realidade.



Ao mesmo tempo, o Departamento divulgou uma defesa global mais ampla (2), que abrangia cinco áreas de aplicação: qualidade do ar, zonas úmidas, biodiversidade, recursos hídricos e compensações de carbono.

Ambos os documentos – as diretrizes de compensação e a defesa da DEA – alegavam que as compensações equilibrariam a proteção da saúde das pessoas e dos ambientes com a necessidade de desenvolvimento econômico. Na prática, devolviam aos poluidores o poder que eles haviam tido, durante o *apartheid*, para decidir como lidariam não apenas com sua própria poluição, mas também com a dos “outros poluidores”, usando seu “espaço de poluição” – principalmente famílias pobres demais para pagar pela eletricidade e que queimavam carvão de baixa qualidade. Os ativistas ambientais apoiam plenamente medidas que aliviem, quando não eliminarem, a poluição gerada pelas pessoas em casa como resultado da pobreza energética. Em um seminário realizado após o lançamento dessa política, em 2015, comunidades e ativistas concordaram, em termos gerais, em que as compensações da qualidade do ar não funcionariam. As propostas da Eskom e da Sasol foram vistas como uma maneira de transferir a culpa às comunidades. Não há como comparar emissões de fontes industriais e domésticas, e se argumentou que as intervenções para reduzir as emissões domésticas são responsabilidade do governo e não devem depender de compensações. O fato de o governo não ter enfrentado as emissões domésticas de forma significativa é um problema importante, mas, na última década, ele tentou fazê-lo da forma mais barata possível, com o programa Basa Njengo Magogo. O programa ensina as pessoas a colocar o material usado para acender o fogo em cima do carvão, e não embaixo. O governo e as corporações afirmam que isso reduz as emissões de partículas, mas esse método não reduz o enxofre ou os compostos orgânicos voláteis resultantes da queima de carvão, e as toxinas metálicas ainda estão presentes no ar, incluindo mercúrio, chumbo, cromo, magnésio e arsênio. O programa é totalmente inadequado como resposta à poluição causada pela pobreza energética. (3)

### Como funciona

As atuais compensações da qualidade do ar na África do Sul se baseiam na ideia de que a poluição do ar gerada dentro de casa tem efeitos muito maiores do que a poluição ambiental regional resultante das estações de energia a carvão e da indústria. Os ativistas da qualidade do ar nunca aceitaram esse argumento como ciência porque:

- as emissões domésticas em nível do solo são mínimas diante das emissões industriais;
- a recirculação e a deposição da poluição industrial regional não são levadas em consideração;
- 50% da poluição PM10 (particulada) vêm do deslocamento de poeira das minas de carvão (a maior parte, através de transferência/transportes);
- a poluição persistente em nível de solo (com altas porcentagens de compostos orgânicos voláteis) resultante da combustão espontânea do carvão não foi quantificada nem incluída nos cálculos;



- foram realizados poucos estudos detalhados sobre a poluição doméstica gerada nas casas, e os resultados não são conclusivos.

No entanto, em março de 2015, o Departamento de Assuntos Ambientais (DEA) permitiu à Sasol “adiar” o cumprimento das normas mínimas de emissão em troca de um programa de compensação. No caso da Sasol, o programa consiste em um pacote misto: implantar medidas para lidar com incêndios nas estepes, testar as emissões de veículos pesados que entram nas instalações da empresa, reduzir o pó de estradas não pavimentadas (cujo objetivo, suspeitam os ativistas, é criar um novo mercado para um produto químico da Sasol que seria mais barato – e mais nocivo – do que as estradas asfaltadas), intervir na reciclagem e na coleta municipal de lixo doméstico, bem como em reformas baratas para casas, incluindo isolamento com poliestireno potencialmente inflamável.

A resposta da organização ativista sul-africana GroundWork ao plano de implementação de compensações da Sasol foi de que (4) “essa é a opção barata para o cumprimento das normas. Ela funciona como uma indulgência medieval: a Sasol pode continuar pecando, com lucro considerável, desde que pague o custo muito menor de uma penitência”.

A resposta argumentava: “As normas mínimas de emissão permitem que as comunidades responsabilizem as empresas por poluí-las. A compensação absolve a empresa de suas responsabilidades, ao mesmo tempo em que terceiriza a responsabilidade do governo por promover assentamentos humanos saudáveis que disponham de energia limpa. Assim, os interesses da comunidade estão em jogo em ambos os lados dessa transação, mas ela se dá entre a Sasol e o governo. Na medida em que foram consultadas, as comunidades criticaram as compensações como um todo e a transação atual em particular. Parece, no entanto, que o assunto já estava decidido e as opiniões da comunidade já haviam sido excluídas”.

Ao discutir essas propostas, inclusive nas reuniões convocadas pela Sasol, membros de organizações comunitárias reiteraram vários pontos:

1. Esses projetos não podem substituir o cumprimento de normas mínimas para emissões. A Sasol deve fornecer um roteiro para o cumprimento dos passos que dará e quando.
2. A implementação de planos de gestão da qualidade do ar (AQMPs, na sigla em inglês) deve ser uma prioridade, demonstrando o compromisso do governo e das empresas com a redução das emissões industriais dentro de prazos estabelecidos.
3. Os estudos sobre contribuição de fontes à poluição foram tornados obrigatórios dentro do processo dos AQMPs e devem ser financiados pela Sasol e por outras empresas, segundo o princípio do poluidor-pagador.
4. Uma linha de base a partir de uma medição inicial para se determinar a distribuição da poluição é necessária, mas não adequada. Também deve haver



uma linha de base para a saúde das pessoas, para que os atuais impactos da poluição sobre a saúde sejam compreendidos. Esse estudo deve criar a base para monitorar a saúde das pessoas através da coleta sistemática de estatísticas em hospitais, clínicas e médicos. Os estudos de linha de base e monitoramento de saúde devem se dar dentro dos AQMPs, pois qualquer processo gerenciado pela Sasol ou por outras empresas poluidoras não terá credibilidade.

5. Independentemente do que a Sasol faça com seus projetos de compensação, esperamos que o governo se responsabilize pela energia e pelas emissões domésticas. Até o momento, o governo não fez nada além do programa Basa Magogo, que sempre foi uma maneira barata de evitar uma resposta real, e provou ser totalmente ineficaz.

6. Do mesmo modo, o governo precisa fornecer profissionais e instalações adequadas para enfrentar a crise de saúde criada pela poluição das regiões do Vaal e do Highveld. Isso deve incluir clínicas que funcionem 24 horas por dia e sejam capazes de responder a emergências de poluição à noite, bem como pessoal especializado para lidar com doenças respiratórias. O sistema deve ser desenvolvido para permitir um acesso melhor à saúde pública. Nesse sentido, os moradores locais não confiam nos profissionais de saúde das empresas para um diagnóstico adequado em casos em que as atividades da empresa sejam a causa provável da doença.

### **A quem as compensações beneficiam?**

Em geral, as compensações beneficiam à indústria de muitas maneiras. Elas são uma ameaça à construção de um regime regulatório razoável e prejudicam a democracia.

As principais preocupações dos ativistas sul-africanos com relação às compensações são:

- As compensações sempre responsabilizam as comunidades locais pela poluição ou pela destruição da biodiversidade. Na maioria das vezes, as atividades das indústrias não são apontadas como raízes do problema.
- O uso de compensações inverte a hierarquia da mitigação. Essa hierarquia, que faz parte das políticas sul-africanas, prescreve que todas as outras opções, como evitar ou minimizar os danos, devem ser tentadas antes de se considerarem as compensações. No entanto, a indústria sempre preferirá compensações a medidas de mitigação, pois as primeiras são mais baratas. Portanto, haverá pressão para reduzir os custos da compensação.
- As compensações são usadas para justificar o injustificável: projetos que deveriam ser rejeitados são permitidos com base em propostas de compensação; práticas ilegais (por exemplo, ir além de níveis mínimos de emissão) são permitidas com base em compensações.
- A capacidade regulatória é inadequada para a tarefa e não prevê supervisão. A suposição de que os mecanismos de compensação contrabalançam a baixa capacidade de regulamentação e planejamento é falsa. Pelo contrário, eles a exacerbam.



- As compensações vão pressionar o governo a abandonar as responsabilidades em vez de gerar capacidade para cumpri-las, enquanto enfraquece a regulamentação, atendendo ao *lobby* empresarial.
- A destruição causada pelo projeto original é certa, enquanto os benefícios da compensação não o são – na verdade, a maioria das compensações pode ser destrutiva.
- As compensações atraem a mercantilização e a financeirização da natureza.
- Se houver dinheiro real envolvido (como esperam os proponentes), o grande capital vai entrar no negócio. Os implementadores da compensação não ficarão restritos a operadores pequenos e éticos, e a situação será impulsionada pelo lucro.
- O uso de compensações depende de uma série de cálculos e equivalências falsos que simplificam sistemas ecológicos complexos e únicos – entre o que é destruído e o que é preservado e entre “valores” ecológicos e monetários – por exemplo, quantos camaleões valem um falcão e qual é o preço.
- A compensação irá mascarar o fato de que habitats e espécies perdidos são insubstituíveis.
- As compensações representam uma dupla concentração de terras: as pessoas podem ser removidas uma vez para a implantação do projeto original (por exemplo, abrir espaço para uma mina) e outra vez para a própria compensação. Isso pode acontecer porque elas perdem empregos com a mudança no uso da terra (já observada na transformação de fazendas agrícolas em propriedades usadas para criar animais de caça, principalmente antílopes, para revenda e caça, com o despejo dos trabalhadores agrícolas) ou porque pessoas que usavam a terra e os recursos naturais na área de compensação ficam proibidas de fazê-lo (como é provável nas antigas áreas dos chamados Bantustões, reservadas para a população negra).
- Dentro de bacias hidrográficas ou atmosféricas específicas, as compensações podem ser anuladas e superadas pelo acúmulo de atividades destrutivas – por exemplo, a drenagem de minas ácidas destrói zonas úmidas preservadas como compensações a projetos de mineração; as compensações de qualidade do ar ficam muito aquém da escala e da disseminação geográfica da poluição industrial (por exemplo, as compensações propostas por Eskom e Sasol).

*Victor Munnik, victor [at] victormunnik.co.za*

*David Hallows, hallowes [at] telkomsa.net*

*Groundwork, África do Sul, <http://www.groundwork.org.za/>*

(1) Government Gazette (Diário Oficial), junho de 2015

(2) Departamento de Meio Ambiente, Documento de Discussão sobre Compensações Ambientais, junho de 2015

(3) Rico Euripidou, 2014. Slow Poison: Air pollution, public health and failing governance. A story of air pollution and political failure to protect South Africans from pollution. Hallows, D. (organizador), GroundWork, junho de 2014,



[http://www.groundwork.org.za/specialreports/Slow%20Poison%20\(2014\)%20groundWork.pdf](http://www.groundwork.org.za/specialreports/Slow%20Poison%20(2014)%20groundWork.pdf)

(4) Resposta da GroundWork ao plano de implementação de compensações da Sasol, 29 de janeiro de 2016.

## **Quênia: a Corporação Financeira Internacional lança um salva-vidas para um projeto de REDD+ e proporciona lavagem verde para a maior empresa de mineração do mundo**



A BHP Billiton é a maior empresa de mineração e petróleo do mundo, operando minas em 13 países. Seus escritórios centrais estão em Melbourne, na Austrália, e no Reino Unido, onde a empresa vende ações na Bolsa de Valores de Londres.

A London Mining Network, uma aliança de grupos de defesa de direitos humanos, desenvolvimento, meio ambiente e solidariedade, compilou informações sobre os muitos conflitos entre a empresa e comunidades e trabalhadores afetados por suas operações de mineração e pelos desastres ambientais causados pelas minas da empresa. (1) Entre eles, estão a inundação catastrófica de 40 milhões de toneladas de lixo tóxico lançadas no rio Doce, em Minas Gerais, Brasil, em 2015 – o maior derramamento ambiental da história do país. (2) A lama tóxica se espalhou até o mar, matando 19 pessoas e causando a evacuação de outras 600. Quase dois anos depois, o rio Doce permanece vermelho em função do minério de ferro contido na água. A BHP Billiton é coproprietária da mina, com a mineradora brasileira Vale. As duas empresas enfrentaram campanhas públicas em função de atividades inadequadas de limpeza e compensação para os afetados pelo desastre. Elas também enfrentam multas e ações judiciais nacionais e internacionais em função de sua responsabilidade pelo rompimento da barragem que deveria impedir que os seus resíduos tóxicos se espalhassem pelo rio.



## Socorro ao projeto de REDD+ no Quênia proporciona lavagem verde para a BHP Billiton

Em outubro de 2016 – quase exatamente um ano após o vazamento tóxico na mina da BHP Billiton no Brasil – a Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial (IFC) (3) levantou 152 milhões de dólares de investidores privados através da venda do que chama de “títulos florestais” (*forest bonds*). (4) Os fundos de investimento e os bancos poderiam comprar esses “títulos florestais”. Comprá-los significa que eles emprestam seu dinheiro à IFC por cinco anos, durante os quais ela o usa para financiar infraestrutura e outros projetos corporativos. Em intervalos regulares, geralmente a cada ano, os compradores do título recebem pagamentos de juros da IFC. Após cinco anos, a IFC tem que pagar o dinheiro para os compradores dos títulos: os investidores trocam o título novamente pelo dinheiro que originalmente investiram. A IFC chama o título de “florestal” porque os compradores podem optar por receber seu pagamento anual de juros em dinheiro ou como créditos de carbono de um projeto de REDD+ (5) no Quênia, denominado projeto de REDD+ do Corredor de Kasigau, que alega proteger as florestas.

O grupo de justiça social e ambiental italiano Re:Common e a rede European Counterbalance visitaram a área do projeto de REDD+ do Corredor de Kasigau em julho de 2016 e documentaram evidências de impactos negativos sobre as comunidades camponesas locais. (6) O relatório confirma conclusões publicadas em um artigo em 2015 (7) que descreve como o projeto fortalece injustiças históricas com relação a alocação de terras: os mais afetados pelas restrições que os projetos de REDD+ impõem ao uso da terra, principalmente comunidades étnicas taitas, recebem muito poucos benefícios, enquanto os acionistas (absentistas) das propriedades recebem 1/3 garantido das receitas de venda dos créditos de REDD+.

Durante os cinco anos em que os compradores dos “títulos florestais” recebem pagamentos de juros, a IFC se comprometeu a comprar créditos de carbono do projeto de REDD+ do Corredor de Kasigau (Fases I e II). Se um comprador preferir receber o pagamento dos juros em dinheiro, a BHP Billiton comprará os créditos de REDD+ da IFC e, assim, dará o dinheiro dos juros ao comprador do título. Isso significa cinco anos de vendas garantidas de créditos de REDD+ para a empresa Wildlife Works Carbon, com sede na Califórnia, que criou o projeto de REDD+ do Corredor de Kasigau e sua arquitetura financeira. Apenas alguns meses antes, a empresa tinha assistido ao colapso de um grande acordo de vendas de créditos de REDD+ com um fundo de mercado de carbono (Althelia Climate Fund) com sede no Luxemburgo. Encontrar um substituto em pouco tempo pode muito bem ter sido uma questão de sobrevivência para o projeto de REDD+.

Para a BHP Billiton, o compromisso de comprar créditos de REDD+ a um preço fixo de 5 dólares se os compradores não os quiserem proporciona cobertura verde para sua mineração suja e uma oportunidade de desviar a atenção global de sua responsabilidade pelo maior desastre ambiental do Brasil, que ainda tem consequências terríveis para a população que vive ao longo do rio Doce. Também está envolvida no acordo do “título florestal” a Conservation



International (CI), uma ONG de conservação com sede nos Estados Unidos. A CI aconselhou o BHP Billiton sobre o “título florestal”, participa do Conselho de Especialistas do Fundo Climático da Althelia, está envolvida em um projeto de REDD+ perto do projeto do Corredor de Kasigau e está entre os mais eloquentes apoiadores do REDD+.

O “título florestal” da IFC é uma duvidosa nova forma de apoiar os projetos de REDD+ do setor privado que não conseguiram vender seus créditos de carbono. O enganoso nome de título “florestal” também sugere que há mais investimentos do setor privado nas “florestas” do que realmente existem, já que o capital investido não vai para atividades relacionadas à floresta. O verdadeiro dinheiro emprestado à IFC – os 152 milhões de dólares que ela obteve dos compradores do “título florestal” – é investido no tipo de projetos empresariais que a IFC costuma financiar. Os detentores dos títulos apenas renunciam a uma parcela dos pagamentos de juros que recebem da IFC e aceitam recebê-los na forma de créditos de REDD+ em vez de dinheiro – ou, se o detentor dos títulos não os quiser, o BHP Billiton lhe pagará em dinheiro. A IFC trabalha com a indústria da conservação para rebatizar um investimento empresarial como “título florestal”, embora apenas parte dos juros que a IFC paga ao comprador do “título” seja usada para subsidiar o projeto florestal/de REDD+.

Assim, além de mais investimentos que podem causar danos às comunidades locais, a IFC lança um salva-vidas para um projeto de REDD+ administrado por uma empresa privada que restringe em muito o uso da terra das comunidades étnicas taitas na área do Corredor de Kasigau, no Quênia. Mais do que isso, dá à maior mineradora do mundo, com responsabilidades pelo pior desastre ambiental do Brasil, a BHP Billiton, a oportunidade de fazer lavagem verde em sua imagem ao se oferecer para comprar qualquer crédito de REDD+ do Corredor de Kasigau que os compradores do “título florestal” da IFC não desejarem. Uma tripla vitória para o setor empresarial, o setor de conservação e o Banco Mundial, enquanto as comunidades locais e o clima arcam com os custos.

*Jutta Kill, jutta [at] wrm.org.uy*

*Membro do Secretariado Internacional do WRM*

(1) London Mining Network - <http://londonminingnetwork.org/bhp-billiton/>

(2) *Brazil's River of Mud*. Aljazeera documentary film.

<http://www.aljazeera.com/programmes/peopleandpower/2016/08/brazil-river-mud-160818081002569.html>

(3) A Corporação Financeira Internacional faz parte do Grupo do Banco Mundial que fornece financiamento para o setor corporativo.

(4) Nota à imprensa da IFC: IFC Issues *Innovative \$152 Million Bond to Protect Forests and Deepen Carbon-Credit Markets*:

<https://ifcextapps.ifc.org/ifcext/pressroom/ifcpressroom.nsf/0/594A016A78A7B14E8525805D00461397>

(5) REDD+ significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. Para mais informações, consulte <http://wrm.org.uy/pt/navegue-por-tema/mercantilizacao-da-natureza/redd-3/>



(6) Counter Balance (2016): *The Kasigau Corridor REDD+ Project in Kenya: A crash dive for Althelia Climate Fund*. [http://www.counter-balance.org/wp-content/uploads/2017/02/The-Kasigau-Corridor-REDD\\_Kenya.pdf](http://www.counter-balance.org/wp-content/uploads/2017/02/The-Kasigau-Corridor-REDD_Kenya.pdf) E:

Re:Common (2016) *Mad Carbon Laundering. How the IFC subsidizes mining companies and failing REDD projects*. Relatório em colaboração com Counter Balance. <http://www.recommon.org/eng/mad-carbon-laundering/>

(7) S. Chomba et al. (2016): *Roots of inequity: How the implementation of REDD+ reinforces past injustices*. Land Use Policy. Volume 50: 202–213.

## As compensações ambientais no Panamá: uma estratégia que abre áreas protegidas à mineração



A empresa Minera Panama (MPSA), de propriedade da canadense First Quantum, tem uma licença para explorar cobre a céu aberto em 13.600 hectares dentro de uma área protegida no distrito panamenho de Donoso, na província de Colón. Além disso, a empresa construiu um porto de águas profundas no Mar do Caribe, que ocupa uma área de 200 hectares e pelo qual o mineral sairá do país, além de uma usina a carvão para fornecer energia a suas operações. A concessão está localizada a cerca de 120 km a oeste da Cidade do Panamá. Para obter as licenças ambientais, a empresa apresentou planos de “compensação pela perda de biodiversidade”.

### Quem é a First Quantum?

Em 2013, essa empresa canadense comprou 80% do capital acionário da Minera Panama SA (MPSA), que pertencia majoritariamente à canadense Inmet Mining/Petaquilla, a qual já tinha a concessão para explorar cobre e ouro na região. Como a grande maioria das empresas canadenses que operam na América Latina, a First Quantum tem um histórico de acusações de violação aos direitos humanos em outros países onde já operou. Um relatório das organizações OECD Watch, Oxfam Canadá e DECOP, uma organização de Zâmbia, denunciou que a empresa esteve envolvida, naquele país, na expulsão



de moradores de uma área que tradicionalmente haviam ocupado, causando sérios danos às comunidades. Outro relatório afirma que, em 2002, a empresa esteve envolvida na exploração ilegal dos recursos naturais na República Democrática do Congo, na África (1).

No Panamá, a concessão de mais de 13 mil hectares está localizada no Corredor Biológico Mesoamericano, uma conexão regional que será gravemente prejudicada pela mineração de cobre da MPSA. Trata-se de florestas em excelente estado de conservação, que abrigam uma incrível riqueza em termos de biodiversidade. A maioria da população adjacente é de pequenos agricultores e indígenas que se dedicam à agricultura de subsistência e à pecuária.

Os povoados vizinhos já viveram os impactos da mineração na própria carne, pois a Petaquilla Ouro operava na mesma região e, em seus 100 hectares de concessão, causou poluição de rios, desmatamento, impactos na saúde das comunidades, para não mencionar as centenas de promessas não cumpridas. A empresa se envolveu em um escândalo financeiro e foi abandonada, deixando pelo caminho fendas abertas e piscinas com cianeto que ainda hoje são uma ameaça latente a rios e pessoas na região, além de milhares de trabalhadores com salários e outras obrigações trabalhistas não pagas por parte da empresa.

### **A compensação de danos incalculáveis**

A Minera Panama/First Quantum tem obrigação de fazer a compensação das perdas irreparáveis que a extração de cobre em grande escala irá gerar ao meio ambiente, de acordo com as exigências que o governo lhe fez para dar as licenças ambientais. A empresa está empenhada em seguir as normas exigidas pela Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), braço privado do Banco Mundial, e apresentou planos para de “compensação pela perda de biodiversidade”.

A mina ainda não começou a operar. No entanto, talvez para apaziguar ONGs conservacionistas que promoveram a declaração do Corredor Biológico Mesoamericano como área protegida e as vozes dos moradores locais que se opõem à destruição maciça que o projeto irá gerar, montou uma forte campanha para promover suas atividades. Ela inclui vários programas como parte de sua estratégia de compensação. De acordo com sua página na internet, a empresa “se compromete a manter um impacto líquido positivo sobre a biodiversidade e ser uma líder mundial na gestão de biodiversidade”.

No final de 2016, o WRM fez uma visita à região para conversar com os moradores e conhecer em primeira mão o que acontece em nível local.

Entre os planos de compensação pela perda de biodiversidade previstos pela empresa está o reflorestamento de 7.300 hectares. Essa plantação serviria para compensar perdas irremediáveis que o projeto de mineração irá gerar na região do Corredor Mesoamericano. Os moradores locais com quem conversamos na zona de Coclecito sabiam que a empresa estava levando a



cabo planos de reflorestamento. Apesar da grande publicidade na página da empresa, durante a visita, mal conseguimos ver alguns pés de café e algumas árvores nativas plantadas na borda íngreme da estrada.

Na lógica da compensação, absurda por si só, parece ainda mais difícil imaginar uns poucos pés de café e algumas árvores para compensar a perda das florestas da região, que fornecem abrigo a uma grande variedade de fauna e flora, incluindo espécies endêmicas ameaçadas de extinção e que também são importantes para as comunidades locais que as usam diariamente. (2)

Além disso, como é evidente que os habitats de várias espécies que habitam a área serão destruídos, a empresa fez acordos com organizações internacionais na tentativa de salvar algumas dessas espécies – e de melhorar sua imagem. Por exemplo, sua associação com a organização Sea Turtle Conservancy procura proteger tartarugas marinhas ameaçadas de extinção, as quais nidificam precisamente na costa caribenha que será afetada pelo porto de águas profundas a ser usado para retirar o minério.

Outro dos planos de compensação que a empresa apresentou trata de apoiar a gestão de áreas protegidas em torno da concessão Parque Santa Fé Park e Omar Torrijos, assim como a criação de uma terceira área de uso múltiplo em Donoso, totalizando cerca de 250 mil hectares. A Minera Panama diz que vai cobrir os custos de equipamento, infraestrutura, monitoramento biológico, educação e programas de treinamento que beneficiem todos os guardas florestais em áreas protegidas do Panamá.

Aqui reside outra das grandes falácias dos mecanismos de compensação. As empresas nem deveriam elaborar seus próprios planos de compensação, porque descobriram uma maneira que as exime da responsabilidade de implementar um projeto de compensação e, mais importante, do custo de manutenção desses projetos, principalmente quando a mina deixar de funcionar.

Além disso, um dos conceitos subjacentes à compensação é que esses projetos devem ser “adicionais”, ou seja, os promotores de um projeto de compensação devem demonstrar que, se não fosse por ele, a área que agora procuram conservar teria sido destruída, o que não é o caso das áreas protegidas.

Usando métodos ilegítimos, como é a compensação de danos incomensuráveis, a Minera Panama está se preparando para abrir e destruir as florestas panamenhas localizadas no Corredor Biológico. Os mecanismos de compensação são baseados em uma lógica mercantilista que entende uma floresta como um conjunto de partes independentes e intercambiáveis. Isso é muito diferente da visão de mundo dos povos indígenas e camponeses, que vêem a floresta como um todo interconectado e interdependente, inclusive com eles mesmos, e consideram que permitir a destruição e a fragmentação de uma área tão rica quanto o Atlântico tropical é um crime.

*Teresa Pérez, teresap [at] wr.org.uy*



*Membro do Secretariado Internacional do WRM*

(1) Ver relatório da Mining Watch Canada intitulado “*Supporting Communication to the Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples*”,

<https://justiceprojectdotorg1.files.wordpress.com/2012/03/supporting-communication-jcap-mw-dsg-final-english-1.pdf>

(2) Análise econômica e distributiva da mineração no Panamá, The Nature Conservancy:

<https://www.conservationgateway.org/Documents/ANALISIS%20ECONOMICO%20Y%20DISTRIBUTIVO%20MINERIA%20PANAMA.pdf>

## **Alertas de ação**

### **Mulheres donas da terra no centro de Bougainville bloqueiam o pacto em torno da mina de Panguna**



Mulheres manifestantes lideraram um bloqueio contra a mina de cobre de Panguna para evitar a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Governo autônomo de Bougainville e a empresa Bougainville Copper Limited (BCL). Elas também obtiveram uma liminar na justiça pela qual o memorando não pode ser assinado até segunda ordem. O memorando pretende permitir que a BCL reabra a mina antes de junho de 2019. A mina de Panguna foi abandonada em 1989 após um levante armado que durou uma década e o

surgimento de um movimento pela independência de Bougainville em relação a Papua-Nova Guiné. O memorando foi elaborado sem o consentimento das mulheres de Panguna que, culturalmente, são as verdadeiras donas da terra. Uma das chefes afirmou: “Essa empresa vem matando nossos filhos e nossas filhas. O governo autônomo de Bougainville tem que parar de ignorar os gritos das mulheres e entender que a BCL nunca pode retornar a Panguna, e isso é final e não é negociável”. Leia a nota à imprensa (em inglês) em

<https://ramumine.wordpress.com/2017/06/19/bougainville-landowner-women-protesters-block-mine-pact-win-court-order/>



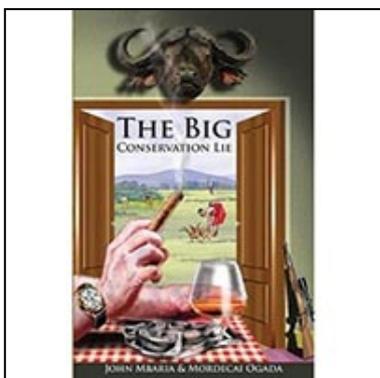
## Perseguidos por empresa de óleo de dendê, moradores de aldeia da Tailândia defendem a terra



Em novembro de 2012, duas mulheres foram encontradas mortas nos limites de uma plantação de dendê. As mortes foram entendidas como uma clara advertência à aldeia de Klong Sai Pattana, em Surat Thani, sul da Tailândia. As vítimas haviam passado os quatro anos anteriores lutando contra a empresa de dendê Jiew Kang Jue Pattana Co. Ltd., em uma disputa de terras que engoliu essa pequena comunidade de cerca de 70 famílias. Durante décadas, a Jiew Kang Jue Pattana Co. Ltd ocupou ilegalmente e colheu dendê em 168 hectares de terra. Sem título de posse da terra nem outra documentação legal, a empresa operou sem impedimento até que sua presença atraísse o interesse da Federação dos Camponeses do Sul da Tailândia, que defende camponeses sem terra. A aldeia se recusou a sucumbir à intimidação e resistiu a sair da terra, apesar da contínua oposição à sua presença através da violência permanente de quem eles acreditam ser pessoas contratadas pela empresa de dendê. Veja um artigo da agência de notícias Al Jazeera (em inglês) aqui: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/06/harassed-palm-oil-company-thai-village-defends-land-170605105935706.html> e um vídeo (com legendas em tailandês e inglês), aqui: <https://vimeo.com/214136850>

### Recomendados

## “A grande mentira da conservação: a história não contada da conservação da vida selvagem no Quênia”



Esse é o título de um livro dos coautores Mordecai Ogada e John Mbaria (*The big conservation lie: The untold story of wildlife conservation in Kenya*). “Em muitas partes da África, a conservação vem acompanhada, de uma forma ou de outra, do controle de terras. Raramente é praticada observando-se apenas as espécies e os problemas, e sempre inclui controle de terras, para o bem ou para o mal”, diz Ogada durante a apresentação de seu livro no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Colorado, em março de 2017. O vídeo de uma hora e meia desvela muitos dos mitos, mentiras e verdades ocultas atrás do setor de conservação.



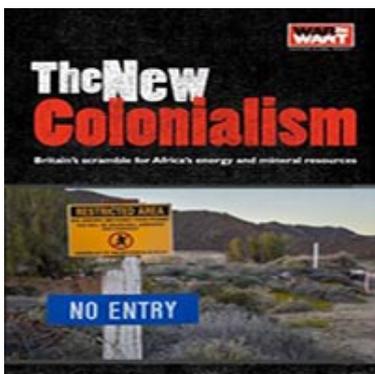
Assista à apresentação de Ogada (em inglês) aqui: <http://www.conservation-watch.org/2017/07/05/the-big-conservation-lie-a-presentation-by-mordecai-ogada/>

## O Banco Europeu de Investimento: o discreto financiador da mineração na África



A mina Ambatovy, uma megaoperação de oito bilhões de dólares (em valores de hoje), destina-se a extrair níquel e cobalto do solo rico de Madagascar. Ela afetou diretamente uma floresta de 2.500 hectares, e algumas famílias foram deslocadas como resultado de polêmicos acordos de compensação que dividiram a comunidade. Apesar das muitas queixas de impactos sobre o meio ambiente local, em 2012, uma válvula defeituosa causou vazamento de dióxido de enxofre e 50 pessoas foram envenenadas na mina. Desde então, ocorreram três incidentes semelhantes. As preocupações ambientais em torno do projeto Ambatovy continuam crescendo. O Banco Europeu de Investimento, de propriedade dos Estados-membros da União Europeia e com participações em várias minas da África, forneceu 8% do investimento desse projeto, com um empréstimo de 305 milhões de dólares. Leia o artigo que faz parte de uma série especial sobre o BEI (em inglês) aqui: <https://www.eibinafrica.eu/a-tale-of-reverse-development/#footer>

## “O Novo Colonialismo: a disputa da Grã-Bretanha pela energia e os recursos minerais da África”



Esse relatório, da organização “War on Want”, revela o nível de controle das empresas britânicas sobre os principais recursos minerais da África – ouro, platina, diamantes, cobre, petróleo, gás e carvão. Ele documenta como 101 empresas listadas na Bolsa de Valores de Londres, a maioria das quais é britânica, controlam as operações de mineração em 37 países da África subsaariana. Juntas, elas têm controle sobre mais de um trilhão de dólares dos mais valiosos recursos do continente africano. O governo do Reino Unido usou seu poder e sua influência para garantir que as mineradoras britânicas tivessem acesso a essas matérias primas em toda a África. Assim foi durante o período colonial e ainda é hoje. Leia o relatório (em inglês) aqui: <http://www.waronwant.org/resources/new-colonialism-britains-scramble-africas-energy-and-mineral-resources#overlay-context=media/new-report-british->



[companies-leading-new-%25E2%2580%2598scramble-africa%25E2%2580%2599-worth-1-trillion](http://www.wrm.org.uy/companies-leading-new-%25E2%2580%2598scramble-africa%25E2%2580%2599-worth-1-trillion)

---

**Assine o Boletim do WRM**

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

***O boletim do WRM busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.***

**Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

**Secretaria Internacional do WRM**

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://www.wrm.org.uy>